

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

MARIA NASARE SALES BATISTA

**PERCEPÇÃO DE ASPECTOS ÉTICOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: UM  
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

São Leopoldo

2020

MARIA NASARE SALES BATISTA

**PERCEPÇÃO DE ASPECTOS ÉTICOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: UM  
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional em Teologia  
Área de Concentração: Teologia Prática  
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Orientador: Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper

São Leopoldo

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B333p Batista, Maria Nasare Sales  
Percepção de aspectos éticos no serviço público federal  
: um estudo na Universidade Federal do Ceará / Maria  
Nasare Sales Batista ; orientador Valério Guilherme Schaper.  
– São Leopoldo : EST/PPG, 2020.  
70 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa  
de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo,  
2020.

1. Serviço público – Ética. 2. Servidores públicos -  
Comportamento. 3. Universidade Federal do Ceará. I.  
Schaper, Valério Guilherme, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

MARIA NASARÉ SALES BATISTA

**PERCEPÇÃO DE ASPECTOS ÉTICOS NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL: UM  
ESTUDO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**

Trabalho Final de Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de Mestra em  
Teologia Faculdades EST Programa de  
Pós-Graduação em Teologia  
Área de Concentração: Religião e  
Educação  
Linha de Pesquisa: Ética e Gestão

Data de Aprovação: 10 de novembro de 2020

Prof. Dr. Valério Guilherme Schaper (Presidente)  
Participação por webconferência

Prof. Dr. Rodolfo Gaede Neto (EST)  
Participação por webconferência

Prof. Dr. Rudolf Von Sinner (PUC-PR)  
Participação por webconferência

*A Deus e a minha família (meu esposo e meus filhos), que sempre me apoiaram e seguimos juntos neste processo.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, autor da vida, por sua infinita bondade e misericórdia, que me deu saúde e força para completar mais esta etapa da minha vida;

Ao meu esposo, Pedro e aos meus filhos, Hebber, Raysha e Daniel, que me incentivaram e se mantiveram presentes durante todo este processo de aprendizagem;

Aos professores da EST pelas aulas excelentes, das quais aprendi muito e me tornei uma pessoa melhor;

À Pró-reitoria de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Ceará, que liberou o uso dos dados institucionais necessários ao estudo de caso;

Aos meus amigos que me ajudaram em oração, incentivo e companheirismo nesta etapa tão importante de minha carreira acadêmica;

Aos demais que, de alguma forma, contribuíram na elaboração desta dissertação.

*A simplicidade é o último degrau da  
sabedoria.*

Gibran Khalil Gibran.

## RESUMO

Atualmente se percebe uma preocupação com a dimensão ética da vida social em todos os campos, especialmente na interação entre economia e política, e no exercício das funções públicas. A presente pesquisa trata da percepção dos aspectos éticos no serviço público, sendo orientada pela seguinte questão: como os elementos da ética pessoal, da ética no trabalho e das normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas são percebidos pelos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará? O objetivo geral desta investigação foi analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal do Ceará a respeito dos deveres morais e éticos que orientam o comportamento dos servidores públicos. A pesquisa é qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, e fez uso do estudo de caso único para atingir os objetivos traçados, através de dados secundários, obtidos em pesquisa institucional realizada pela Universidade Federal do Ceará, junto aos seus servidores técnico-administrativos. O quantitativo de respondentes dessa pesquisa foi de 347 servidores técnico-administrativos, representando 10,15% da população dos servidores técnico-administrativos da UFC, pois, de acordo com o Anuário Estatístico da UFC 2019, base 2018, há um total de 3.420 servidores técnico-administrativos ativos. Após os resultados da investigação, constatou-se que os objetivos levantados foram alcançados. Os pressupostos 1 e 3 levantados na pesquisa foram confirmados e o pressuposto 2 não foi confirmado. Depreende-se que esta investigação contribuiu para fomentar a discussão da ética no âmbito da UFC e espera-se que, com isso, fomenta propostas de elaboração de políticas na prática de gestão da ética.

**Palavras-chave:** Ética. Gestão Pública. Universidade Federal. Servidores públicos.



## **ABSTRACT**

Currently, there is a concern with the ethical dimension of social life in all fields, especially in the interaction between economics and politics, and in the exercise of public functions. This research deals with the perception of ethical aspects in the public service, being guided by the following question: how are the elements of personal ethics, work ethics and the rules of conduct of civil servants of the Union, Public entities and Public Foundations perceived by the public servants of the Federal University of Ceará? The general objective of this investigation was to analyze the perception of civil servants at the Federal University of Ceará regarding the moral and ethical duties that guide the behavior of civil servants. The research is qualitative, exploratory-descriptive, and made use of a single case study to achieve the objectives outlined, through secondary data, obtained in institutional research carried out by the Federal University of Ceará, among its technical-administrative servants. The number of respondents to this survey was 347 technical-administrative servants, representing 10.15% of the population of UFC's technical-administrative servants, since, according to the UFC 2019 Statistical Yearbook, base 2018, there are a total of 3,420 active technical and administrative staff. After the results of the investigation, it was found that the objectives raised were achieved. Assumptions 1 and 3 raised in the survey were confirmed and assumption 2 was not confirmed. One can deduce that this investigation contributed to foster the discussion of ethics within the scope of the UFC and it is hoped that, with this, it will promote proposals for the elaboration of policies in the practice of ethics management.

**Keywords:** Ethics. Public Management. Federal University. Public Servants



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	14
2.1 Código de ética do servidor público federal .....	14
2.1 A Ética, a religião e o ser ético .....	16
2.2 Princípios éticos baseados em valores cristãos .....	22
2.3 A gestão da ética na Administração Pública .....	27
3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....	33
3.1 Desenho da pesquisa .....	33
3.2 Natureza da pesquisa .....	34
3.2 O instrumento da pesquisa .....	35
3.3 Coleta dos dados .....	37
3.4 Caracterização da universidade pesquisada .....	38
4 RESULTADOS DA PESQUISA.....	43
4.1 Perfil dos servidores da UFC .....	44
4.2 Compreensão da ética no serviço público .....	47
4.3 Ética pessoal .....	49
4.4 Ética dos colegas de trabalho .....	53
4.5 Ética no trabalho .....	56
5 CONCLUSÃO.....	61
REFERÊNCIAS .....	63
APÊNDICE I .....	67

## 1 INTRODUÇÃO

A ética, segundo Pereira<sup>1</sup>, uma vez que é ligada aos juízos de apreciação referentes à conduta humana qualificada do ponto de vista do bem e do mal ou do que é certo e errado, leva o senso comum a ter uma percepção de que ela é basicamente uma questão de foro íntimo. No entanto, caberia perguntar como as organizações podem ser induzidas a incorporar padrões éticos ou a internalizar uma cultura ética mesmo considerando a improvável existência de um padrão cultural comum de ética individual.

O estudo da ética no serviço público e da moral pública não é uma novidade em si. A insatisfação com a conduta ética não é um fenômeno exclusivamente brasileiro ou circunstancial, pois os países em geral têm enfrentado uma crescente onda de ceticismo que parece originar das mudanças estruturais por que o Estado passou nas últimas décadas: maior controle social sobre assuntos de governo e da necessidade de padrões de conduta mais explícitos<sup>2</sup>.

Para Koury<sup>3</sup>, a ética no serviço público é um tema relevante na Administração Pública, pois somente com o exercício ético dos cargos e funções públicas é que se poderá alcançar uma sociedade melhor.

Por outro lado, de acordo com Pontes<sup>4</sup>, vive-se numa fase mundial onde a ética, em todas as suas dimensões, está perdendo força, produzindo uma penumbra de imoralidade que polui as famílias, as cidades, as religiões, os países. Como consequências têm-se: guerras, terrorismo, ameaças nucleares, violência, corrupção, sofrimento.

---

<sup>1</sup> PEREIRA, Romilson Rodrigues. **Ética nas instituições públicas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/etica-nas-instituicoes-publicas.htm>>. Acesso em 08 jan. 2019.

<sup>2</sup> MENDES, AnnitaValléria Calmon. **A Administração Pública e o Sistema de Gestão da Ética: uma análise da política de promoção da ética no Poder Executivo Federal**. 2014. 285f. Tese (doutorado em administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA, Brasília, 2014.

<sup>3</sup> KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A ética no serviço público. **Rev. Dir. Adm.** Rio de Janeiro, 220: 183-194, abr./jun. 2000.

<sup>4</sup> PONTES, Bruno César da Luz. **Ética e compromisso do servidor público federal**. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/525850>> Acesso em 08 jan. 2019.

Pontes<sup>5</sup> relata ainda que, se a conta da corrupção fosse dividida com todos os brasileiros, o custo para cada um corresponderia a R\$ 6.658,00 (seis mil seiscentos e cinquenta e oito reais) por ano, impedindo que a renda per capita do brasileiro salte de aproximadamente R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para R\$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais). Diz ainda que a corrupção custa para o Brasil, anualmente, 3,5 bilhões de reais. Contudo, o problema é bem mais amplo do que o custo gerado – são os entraves para uma gestão efetiva, ou seja, além de ser plausível, para muitos, fazer errado, é realmente difícil fazer certo.

Nesse sentido, a ética e a transparência na gestão pública constituem fundamentos indispensáveis para o alcance dos objetivos governamentais com eficiência e efetividade e dentro dos preceitos legais da ordem democrática<sup>6</sup>.

Assim, a presente pesquisa abordará a percepção dos aspectos éticos no serviço público, orientando-se pela seguinte questão: como os elementos da ética pessoal, da ética no trabalho e das normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas são percebidos pelos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará?

O objetivo geral deste estudo é analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal do Ceará a respeito dos deveres morais e éticos que orientam o comportamento dos servidores públicos. E como objetivos específicos os seguintes:

- Traçar o perfil sócio demográfico dos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará;
- Verificar a percepção dos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará a respeito dos elementos da ética pessoal, da ética no trabalho e daqueles inerentes às normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas;
- Contribuir para que, dentro Universidade Federal do Ceará, surjam propostas de elaboração de políticas públicas na prática de gestão da ética.

As hipóteses norteadoras deste trabalho são os seguintes:

---

<sup>5</sup> PONTES, 2019.

<sup>6</sup> GONÇALVES, Maria Balbina Lopes. **A ética e a transparência na administração pública cabo-verdiana: representações e questionamentos**. 2010. 84f. Dissertação (mestrado em administração pública) - Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.

- i) os servidores públicos da UFC aderem às normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas;
- ii) os servidores públicos da UFC têm interesse em aprender sobre ética no serviço público; e
- iii) no tocante à ética no trabalho, os servidores públicos da UFC apresentam condutas adequadas ao exercício das atividades inerentes ao serviço público.

O presente trabalho está disposto da seguinte forma: além desta introdução, na seção 2 é feita a fundamentação teórica na qual há uma exposição a respeito da ética, religião e o ser ético, princípios éticos baseados em valores cristãos, além da gestão da ética na Administração Pública. Na seção seguinte, aborda-se a metodologia da pesquisa. Logo após, são apresentados os resultados do presente estudo e, finalmente, as considerações finais da presente pesquisa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção apresenta o referencial teórico que fundamenta a presente pesquisa. Inicia-se com uma abordagem a respeito do código de ética do servidor público federal, apresentando os pontos mais significativos da resolução. Trazem-se também algumas considerações sobre os conceitos de ética e sua atuação na vida das pessoas em várias esferas sociais, bem como sua importância no âmbito da Administração Pública.

### 2.1 Código de ética do servidor público federal

Dias<sup>7</sup> afirma que:

Cada organização possui os seus próprios códigos de ética, seja ela de que tipo for, a organização estabelece regras que devem ser objetivas. Tudo deve ser conhecido, não se pode cumprir o que não se conhece, ou então limitamo-nos a generalidades que não servem a ninguém, esconder para depois se tirarem benefícios não é uma boa atitude, é desonesto, são comportamentos antiéticos que são de rejeitar. Os códigos servem para compromissos transparentes entre todos os participantes, isto é, a força de trabalho, clientes e fornecedores, conciliando o interesse de todos e valorizando o ser humano.

Os códigos de ética, segundo Dias<sup>8</sup>, trazem os princípios de aplicação prática, sendo considerados os mais relevantes.

Na maior parte das organizações justifica-se a tendência para desenvolver e encorajar ações de acordo com princípios éticos, não só por ser moralmente correto, mas também porque a curto prazo poderá tornar-se numa vantagem competitiva. Esta vantagem traduz-se numa imagem da organização para as outras organizações e para a sociedade em geral.

No âmbito do governo federal brasileiro, foi promulgada a Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> DIAS, Maria Olívia. Ética, organização e valores ético-morais em contexto organizacional. **Gestão e Desenvolvimento**, 22 (2014), 89-113. Disponível em: <[http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22\\_89.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_89.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

<sup>8</sup> DIAS, 2014.

<sup>9</sup> BRASIL, **Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8027.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8027.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal foi regulamentado através do Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994<sup>10</sup>. Passos<sup>11</sup> relata que este está voltado apenas para a ética dos servidores do executivo, no entanto, traz princípios que orientam o comportamento ético de qualquer servidor, em qualquer esfera governamental.

Este código, no entendimento de Passos<sup>12</sup>:

(...) determina que, ao servidor, não basta saber o que é legal ou ilegal, mas também o que é justo ou injusto, honesto ou desonesto. E apregoa que todos os cidadãos têm direito à verdade, que o servidor não pode omiti-la, falseá-la, exigindo do servidor público: respeito, cuidado, interesse, competência, cortesia, agilidade e coerência, além de ser justo, assíduo, íntegro, leal e rápido. O que há de mais sério e importante na administração pública é ter-se a consciência de agir com correção diante do bem público, que jamais deve ser administrado como um bem particular. Sua administração deve ser feita com zelo, competência, seriedade, transparência e compromisso com o bem-estar da coletividade.

Para que os princípios e padrões éticos sejam cumpridos por todos os servidores do órgão ou colaboradores da instituição, é imprescindível que estes tenham a compreensão do conteúdo pleno do código de ética da entidade, isto é, das regras e dos procedimentos que integram a cultura do órgão ou entidade.

Os princípios que norteiam o serviço público são:

1. Regularidade;
2. Eficiência;
3. Continuidade;
4. Generalidade;
5. Atualidade;
6. Segurança;
7. Modicidade;
8. Cortesia.

---

<sup>10</sup> BRASIL, **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2019

<sup>11</sup> PASSOS, Elizete. **Ética no Serviço Público**. Fundação Luis Eduardo de Magalhães. A ética nas organizações: gestão pública: desafios e perspectivas. Salvador: FLEM, 2001. p. 82.

<sup>12</sup> PASSOS, 2001.



O primeiro princípio refere-se ao caráter de manutenção do serviço. O segundo evidencia a necessidade que o serviço público tem de fazer as coisas certas com o mínimo de erro possível. O terceiro, o princípio da Continuidade, ressalta a importância de se ter uma visão de futuro, isto é, trabalhando para que haja uma continuação do serviço prestado. O princípio da Generalidade tem o objetivo de que se atenda ao maior número de pessoas possíveis. De acordo com o princípio da Atualidade, deve-se estar de acordo com as técnicas mais atuais. O sexto princípio, o da Segurança, salienta que os administrados não podem ter suas vidas expostas ao perigo. Por fim, os princípios da Modicidade e o da Cortesia referem-se, respectivamente, ao serviço que deve ser prestado com a menor tarefa e ao atendimento de qualidade prestado.

## 2.1 A Ética, a religião e o ser ético

A palavra ética pode conter duas possíveis origens, sendo a primeira derivada do conceito *éthos*, que em sua definição geral, pode ser traduzida por costume, daí se obtém a definição do que se denomina por moral, enquanto que sua segunda origem, que também deriva de uma palavra *éthos*, está mais associada a uma compreensão de caráter. Dessa forma, a ética, diferente da moral, é o campo filosófico, que se compromete a estudar a moralidade, objetivando a compreensão do que vem a ser bom ou mau<sup>13</sup>.

A ética é um fenômeno que existe em todas as sociedades humanas, independentemente de suas qualidades ou crenças. “A ética [...] pode ser um conjunto de regras, princípios ou maneiras de pensar que guiam ou chamam a si a autoridade de guiar, as ações de um grupo em particular<sup>14</sup>.”

Weber diz que a ética:

[...] objetiva o mundo por meio do agir do ser humano, com base no entendimento subjetivo do ser que vive e convive com os outros, inter-relacionando a razão, a emoção, a sensibilidade da pessoa moral, que vive os princípios estabelecidos pelo próprio ser.<sup>15</sup>

Segundo Boff:

<sup>13</sup> MOORE, George Edward. **Princípios éticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 4.

<sup>14</sup> BETT, GeneciBehling. **Análise da gestão na fundação Amazonprev à luz da ética**, 2013. 79 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, 2013, p. 11.

<sup>15</sup> WEBER, Otávio José. **Estudo dos valores declarados na relação docente**: professores da Universidade Luterana do Brasil, 2001. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Pontifícia de Salamanca, 2001. p. 52.

A ética é “parte da filosofia”. Considera concepções de fundo acerca da vida, do universo, do ser humano e de seu destino, estatui princípios e valores que orientam pessoas e sociedades. Uma pessoa é ética quando se orienta por princípios e convicções. Dizemos então que tem caráter e boa índole<sup>16</sup>.

De acordo com May, a ética oferece à sociedade a compreensão de qual conduta o ser humano deve adotar para relacionar-se consigo e com o outro:

[...] a ética sempre é, ao mesmo tempo, individual e social. Assim sendo, podemos entender que “a ética” tem a ver com o discernimento do mal e do bem, do correto e do incorreto, do que é responsável e apropriado para o comportamento humano em suas relações sociais e pessoais.<sup>17</sup>

### Segundo Abbagnano, a ética é

A ciência da conduta. Existem duas concepções fundamentais desta ciência: a primeira, que a considera como ciência do fim, para o qual a conduta dos homens deve ser orientada, e dos meios para atingir tal fim, deduzindo tanto o fim quanto os meios da natureza do homem; a segunda, a que a considera como a ciência do móvel da conduta humana e procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta.<sup>18</sup>

Assim, pode-se entender a ética como uma reflexão sobre normas e/ou regras que são convencionadas por determinados grupos de uma certa sociedade, que se sujeitam mutuamente, de forma automática e sua possibilidade de interpretação a casos que fogem ao simples modo.

Comumente, pode-se dizer que a ética está atrelada a conceitos religiosos, dando vazão à crença de que a manifestação de padrões de uma conduta ética esteja além da capacidade humana de alcançar esses padrões, colocando o ser ético como alguém que está acima da esfera humana<sup>19</sup>.

Essa compreensão de que o ser ético é aquele que está diretamente associado a alguém de caráter religioso pode estar equivocada, pelo fato de que nem todo ser ético é um ser religioso, como também nem todo ser humano religioso necessariamente é alguém ético.

Um ser ético, segundo Mercês<sup>20</sup>, é aquele que consegue realizar o certo, independentemente de suas influências sentimentais, não um alguém que se deixa levar por suas falhas, motivações que podem estar equivocadas ou limitadas, em

<sup>16</sup> BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

<sup>17</sup> MAY, Roy H. **Discernimento moral: uma introdução à ética cristã**. Trad. Walter O. Schulpp. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

<sup>18</sup> ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

<sup>19</sup> MERCÊS, Rutiane Peixoto das. **Concepção do modelo de gestão escolar à luz de princípios éticos baseados em valores cristãos**. 75p. Dissertação (mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

<sup>20</sup> MERCÊS, 2016.

sentido de analisar e assim, discernir aspectos emocionais. Dessa forma, um indivíduo ético é aquele que consegue raciocinar e realizar o que é certo independente de suas queixas, gostos ou questões pessoais, porque é o certo a ser feito.

Contudo, isso não elimina o fato de que a religião contribuiu, e ainda contribui, para os fundamentos éticos de uma sociedade, como afirma Boff ao dizer sobre a religião:

[...] uma permanente fonte de ética são as religiões. Estas animam valores, ditam comportamentos e dão significado à vida de grande parte da humanidade que, a despeito do processo de secularização, se rege pela cosmovisão religiosa. Como as religiões são muitas e diferentes, variam também as normas éticas. Dificilmente se pode fundar um consenso ético, baseado somente no fator religioso. Qual religião tomar como referência? A ética fundada na religião possui, entretanto, um valor inestimável por se referir a um último fundamento que é o Absoluto.<sup>21</sup>

Dessa forma, apesar de a religião não dever estar associada como o único norte que guia uma sociedade para o surgimento de uma norma ética, que regerá uma sociedade com seus valores, suas maneiras, a religião é fundamental para a manutenção ou até mesmo para a origem de uma ética que poderá ser aplicada e respeitada pela conduta da humanidade<sup>22</sup>.

Ainda segundo Mercês<sup>23</sup>, isso pode ser aplicado quando determinadas normas éticas podem comungar entre si, como no caso de pontos religiosos e éticos que dizem para não matar, mas que podem divergir quando há uma aplicabilidade de uma pena de morte ou mesmo quando a morte de um sujeito poderá ser crucial para a manutenção da vida de outro sujeito, em casos, por exemplo, de uma defesa pessoal, quando o único meio de a vítima se salvar é a morte do agressor.

Apesar de a ética reger os costumes de uma sociedade, quando a mesma se limita à lei imposta na sociedade, ser ético não necessariamente quer dizer que a lei deva ser seguida de forma cega, ainda que as tais sejam aceitas por toda uma cultura ou um grupo, como conduta ética.

Em outras palavras, um sujeito ético não necessariamente é alguém que faz tudo o que é aceito por uma sociedade; por exemplo, a escravidão pode ser uma prática legalmente aceita em determinada cultura, contudo o sujeito poderá vir a

---

<sup>21</sup> BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do humano, compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

<sup>22</sup> MERCÊS, 2016.

<sup>23</sup> MERCÊS, 2016.

repugnar e não realizar tal prática, pois o sujeito é aquele que consegue discernir sobre o que é certo a se fazer e saber escolher suas atitudes mediante determinadas situações que podem até ser aceitas pelo grupo social no qual está inserido sem que suas escolhas venham a danificar esse grupo<sup>24</sup>.

Cabe a ética refletir acerca das questões que são referidas aos aspectos, apelos da moralidade de uma sociedade, não sendo a ética, como a mesma pode ser confundida nesse sentido, a moral de uma sociedade, mas ser o campo que estuda e busca compreender a moral, ainda que tais etimologias, de ética e moral, possuam semelhanças e pouca distinção<sup>25</sup>.

Oliveira<sup>26</sup> afirma que a ética, diferente da moral, se refere à capacidade que a pessoa humana tem de discernir como se portará, irá agir, mesmo diante de situações que lhes sejam consideradas moralmente aceitas, para que possa reverenciar o aspecto coletivo, enquanto que a moral está associada a valores, os quais podem estar atrelados a um tempo, que ditam o que deve ser considerado legalmente aceito por uma sociedade, um grupo.

Segundo Vásquez<sup>27</sup> a ética surgiu com Sócrates, o qual afirmava ser a ética uma reflexão mais racional que tinha por objetivo tornar a pessoa humana um ser não apenas que copiava, executava normas ou deveria possuir uma conduta motivada apenas por forças motivacionais, oriundas de uma moral aceita e imposta pelo grupo social no qual ele estaria inserido, nem tampouco por tradições que deveriam ser mantidas e manifestadas, as quais tinham e têm poder sobre a conduta humana; todavia tornar essa pessoa humana um ser mais inteligente e reflexivo acerca de suas obrigações diante do coletivo, não sendo apenas um copiador sem compreensão ou sem inteligência, mas uma criatura racional que saberia o porquê de estar agindo desta ou daquela forma. Logo, a ética é a responsável por dar ao ser humano característica que o distingue de um animal que não possui faculdades inteligíveis.

Enquanto a ética é uma teoria reflexiva, a moral é a prática dessa teoria. Uma dá razão de executar a outra, mas sempre que viesse a ser praticadas com inteligência aplicada:

---

<sup>24</sup> MERCÊS, 2016.

<sup>25</sup> BETT, 2013.

<sup>26</sup> OLIVEIRA, Fabiano Cavalcanti de. **Ética do serviço público**. 76p. Dissertação (Mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2018.

<sup>27</sup> VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

[...] as normas morais postas pelo grupo social, pois levaria o ser humano a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas fundamentalmente por meio da inteligência aplicada. Ele diz que a ética é teórica e reflexiva, enquanto a moral é prática, é pautada nos elementos coercitivos do cotidiano. A ética completa a moral, pois havendo a dissociação de uma situação fatural da norma moral, a ética completaria a cadeia reflexiva a respeito do que fazer mais acertadamente.<sup>28</sup>

Quando se fala na conduta de certo indivíduo que esteja inserido em grupo social, mais especificamente na sociedade, deve-se levar em consideração o seu fenômeno de liberdade. Como parte dessa liberdade humana, cada sujeito é portador de uma subjetividade, a qual, mais cedo ou mais tarde, poderá ser manifestada e assim passar a interferir na liberdade do outro.

Como meio de frear essa subjetividade, quando a mesma visa interferir no direito de liberdade do outro, causando males para o convívio social de um sujeito, entra em cena o que deve ser considerado como aceito e não aceito, o que é certo e errado, para que as relações sociais não venham a padecer com determinadas condutas que sejam nocivas a uma maioria. Aí está a importância da moral, a qual regerá os comportamentos que deverão ser aceitos ou negados pela sociedade e a cultura.

A moral serve para proteger o convívio social do ser humano, como um guia que serve para harmonizar as estruturas sociais, assegurando que a liberdade de um não danificará a liberdade do outro.

Como Bett<sup>29</sup>, “(...) existe a preocupação em saber o que cada um faz com a sua liberdade em qualquer ambiente, assim, a convivência social implica em conhecer a liberdade do outro, o que permite que ações conjuntas de respeito sejam criadas nas relações entre os sujeitos éticos”.

O sujeito ético é aquele que conseguirá adaptar-se, conviver e usufruir desse convívio em sociedade sem que venha a interferir com sua liberdade no espaço do outro, cabendo seu aspecto intelectual, defendido por Sócrates ao dizer que a ética é a responsável por fazer o ser humano saber o porquê deve agir de determinada maneira, lhe fornecer meios de saber lidar com seu semelhante enquanto estiver sob os ditames de uma sociedade<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> VÁSQUEZ, 1998.

<sup>29</sup> BETT, 2013, p. 12.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, 2018.

O comportamento moral passa a ser uma característica inerente ao ser humano. Isso se dá porque esse fenômeno moral é uma característica histórica da humanidade; ela relaciona-se com a moral, e assim se transforma, e transforma o meio do qual faz parte<sup>31</sup>.

É inevitável para um ser humano participante de uma sociedade com conduta definida de como o mesmo deve comportar-se que não venha a padecer com problemas práticos, sendo essas regras impostas pela moral como escapes que a pessoa humana encontra para fugir desses conflitos, sendo a ética a força maior que capacita a pessoa humana a discernir como deverá comportar-se diante de determinados conflitos, sem deixar de ser um sujeito ético.

Baumam afirma que o ser humano é alguém que busca evitar a dor, ao dizer que o:

[...] potencial moral escondido nos seres humanos deve ser-lhes revelado; as pessoas devem ser iluminadas, quanto aos padrões que são capazes de encontrar, mas, incapazes de descobrir sem ajuda, devem ser ajudadas no seguimento desses padrões por um ambiente cuidadosamente planejado, para favorecer e recompensar verdadeiramente a conduta moral, pois todos os seres humanos querem prazer e evitar a dor.<sup>32</sup>

Thums<sup>33</sup> vai dizer que o ser ético é aquele que consegue conviver com a temperança da vida, ele deve ser capaz de saber lidar com o prazer e desprazer da vida, nem sempre tendo a alegria constante nem o sofrimento corriqueiro.

Immanuel Kant, filósofo do século XVIII disse que a maior distinção entre um animal irracional e o ser humano encontra-se em que a pessoa humana tem capacidade dotada de razão; ele possui inteligência. Para ele a ética é “fundamentada em uma natureza humana baseada na racionalidade, bom senso e boa vontade”.<sup>34</sup>

A ética e a moral como já descrito, são fenômenos que fazem com que a humanidade possa conviver em harmonia, sendo a ética o campo de estudo da moral e a moral o fenômeno que está associado ao costume daquela sociedade. Contudo, vale ressaltar a ideia defendida por Carvalho<sup>35</sup>, ao relatar que a ética humanista é fundamental para a sociedade, pois reconhece a singularidade da

<sup>31</sup> BETT, 2013.

<sup>32</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997. p. 34.

<sup>33</sup> THUMS, Jorge. *Ética na educação*. Canoas: Ulbra, 2003. p. 347.

<sup>34</sup> KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Escala, 2006. p. 45.

<sup>35</sup> CARVALHO, José Maurício de. **Ética**. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2010.

essência humana diante de outras formas de ser. Os reconhecimentos deste humanismo são: a pessoa humana é o maior valor da nossa cultura; este valor não vem de uma religião específica, mas preserva o vínculo com a tradição cristã.

## 2.2 Princípios éticos baseados em valores cristãos

Há divergências nas diversas formas de compreender o que vem a ser uma moral e como a mesma deve ser aceita para determinadas práticas humanas. A perspectiva cristã sobre a ética e moral é uma das mais fortes opositoras quando se trata de questões relativistas, as quais visam tornar a moral um fenômeno mais flexível para melhor tolerar as inúmeras maneiras de o ser humano comportar-se em uma sociedade.

A ciência define a ética como: "um grupo de princípios morais, o estudo da moralidade". Portanto, Ética Cristã pode ser definida como os princípios que são derivados da fé Cristã e pelos quais agimos. Enquanto a Palavra de Deus talvez não cobre cada situação que o ser humano tem que viver, seus princípios mostram os padrões pelos quais agir em cada situação.<sup>36</sup>

O cristão fundamenta seus princípios morais e éticos de acordo com os ensinamentos contidos na Bíblia. A Bíblia passa a ser para o cristão não apenas uma regra de fé que o orientará em suas práticas para uma vida relacional com seu Criador, Deus, mas sim uma espécie de manual que dará suporte para que ele, o cristão, possa conviver não apenas com o seu Criador, mas também contém ensinamentos e práticas para que os cristãos possam desfrutar melhor de um convívio social de forma mais amena e harmoniosa com seu próximo.

O caráter moral da pessoa humana não é apenas uma ordem de uma simples construção social ou histórica, mas sim uma consequência que o difere dos demais animais da criação. A pessoa humana passa a ser a coroa da criação de Deus, não por ser a criação mais extraordinária de Deus, mas sim por conter em sua essência a imagem e semelhança do mesmo:

E disse Deus: Façamos o homem à nossa imagem, conforme a nossa semelhança; domine ele sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos, e sobre toda a terra, e sobre todo réptil que se arrasta sobre a terra. Criou, pois, Deus o homem à sua imagem; à imagem de Deus o criou; homem e mulher, os criou<sup>37</sup>.

---

<sup>36</sup> MATOS, Alderi Souza de. **As bases bíblicas da ética cristã**. Disponível em: <<http://www.eismaqui.com.br/estudos-biblicos/as-bases-biblicas-da-etica-crista-2/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

<sup>37</sup> A BÍBLIA, Livro Gênesis, capítulo 1, versículos 26 e 27.

Essa *Imago Dei*, que torna a pessoa humana, em questões ontológicas, um ser especial, é a responsável por oferecer ao ser humano responsabilidades morais, após a queda (Gênesis 3), fazendo com que os crimes contra a humanidade, sejam mais que crimes que devem ser punidos em meio a sociedade, prevenindo-a de outros males maiores como nos ensinamentos do Pentateuco, mas sim um crime contra o próprio Deus. Logo, a questão moral que segue a pessoa humana em sua história é uma responsabilidade que o põe diante daquele que depositou na criatura humana sua imagem e semelhança, como fala o próprio Deus no livro do Gênesis: “[...] se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu sangue; porque Deus fez o homem segundo sua imagem<sup>38</sup>”.

O Deus cristão requer de suas criaturas racionais, a pessoa humana, uma responsabilidade para consigo, pois ainda que seja considerado algo limitado, o ser humano, enquanto imagem e semelhança de seu Criador, carrega em si um pouco do caráter moral do Deus Santo<sup>39</sup>:

A grande síntese da moralidade bíblica está expressa nos Dez Mandamentos (Ex 20,1-17; Dt 5,6-21). As chamadas “duas tábuas da lei” mostram os deveres das pessoas para com Deus e para com o próximo. Especificamente, em Mateus, 7,12, no Novo Testamento, há duas regras sobre o comportamento correto: “ama a teu próximo como a ti mesmo” (regra da caridade, do amor) e “trata os outros como gostaria de ser tratado” (refere-se ao princípio da reciprocidade). São de origem divina, gerais, universais, independentes de raça, crença, posição política. A Bíblia dá instruções detalhadas de como um Cristão deve viver. A Bíblia é tudo que cada ser humano cristão precisa saber como viver a vida Cristã.<sup>40</sup>

O apóstolo Paulo<sup>41</sup> ensina em uma de suas cartas, que escrevera aos Coríntios, que o ser humano possui uma responsabilidade moral não apenas com o outro, mas também consigo mesmo, sendo essa prática moral um comportamento que deve começar consigo, pois ele afirma que o corpo da pessoa humana, a estrutura física, não apenas o aspecto espiritual, possui um dono, e requererá cuidados diários para que esse corpo, essa imagem, não venha a ser destruída, sendo o destruidor desse corpo um réu que poderá ser punido com a destruição<sup>42</sup>.

Nesse sentido, Boff deixa claro que:

O outro pode ser a pessoa mesma que se volta sobre si mesma, analisa a consciência, capta os apelos que nela se manifestam (ódio, compaixão, solidariedade, vontade de dominação ou de cooperação, sentido de

<sup>38</sup> A BÍBLIA, Livro Gênesis, capítulo 9, versículo 6.

<sup>39</sup> A BÍBLIA, Livro Levítico, capítulo 19, versículo 2

<sup>40</sup> MATOS, 2019.

<sup>41</sup> A BÍBLIA, Primeira carta de Paulo escrita aos Coríntios.

<sup>42</sup> A BÍBLIA, Livro I Coríntios, capítulo 6, versículos 19 e 20.



responsabilidade) e se dá conta de seus atos e das conseqüências que deles derivam. O outro pode ser aquele que está à sua frente, homem ou mulher, criança, trabalhador, empresário, portador de HIV, negro etc. O outro pode ser plural, como uma comunidade, uma classe social, a sociedade como um todo, ou, numa perspectiva mais global, a natureza, o planeta Terra como Gaia e, em último termo, Deus <sup>43</sup>.

O apóstolo Paulo, ainda, enfatiza que os cuidados com o corpo não se resumem a cuidados higiênicos, mas inclui os cuidados de honrar a Deus, seu Criador, que deposita seu Espírito Santo nesse corpo, tornando-o morada sua, em atitudes e práticas consigo e com o semelhante, logo, o mesmo deve ser respeitado e honrado não por simplesmente conter a essência da vida, mas também por ser a morada do próprio Espírito de Deus, o qual é Santo.

As bases bíblicas para o manuseio da ética cristã encontram-se no Antigo Testamento e Novo Testamento, sendo esses dois testamentos toda a base que os cristãos possuem de se orientarem perante a sociedade:

A ética é importante para a vida diária do cristão porque ajuda as pessoas a encarar seus valores e deveres de uma perspectiva correta, a perspectiva de Deus. Ela mostra ao ser humano o quanto está distante dos alvos de Deus para a sua vida, mas o ajuda a progredir em direção esse ideal. Se fosse possível declarar em uma só sentença a totalidade do dever social e moral do ser humano, poderíamos fazê-lo com as palavras de Jesus: “Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma e de todo o teu entendimento... e amarás o teu próximo como a ti mesmo” (A Bíblia, Livro de Mateus, capítulo 22, versículos 37 e 39).<sup>44</sup>

Apesar de a ética do sujeito cristão, enquanto alguém religioso que professa uma fé, estar totalmente embasada nos escritos bíblicos, sendo a Bíblia considerada um livro Sagrado, a mesma não se limita unicamente ao público cristão. Isso se dá porque na ética cristã, resumindo tais princípios, predomina a visão que considera o próximo como semelhante que deve ser respeitado e amado. Jesus ordena aos seus seguidores o cumprimento de seus mandamentos, que são um resumo dos mandamentos contidos na Lei Judaica do Antigo Testamento (sejam pacificadores, amantes do próximo e exerçam a compaixão para com o desconhecido etc).<sup>45</sup>

A aplicabilidade das diretrizes da ética cristã para uma sociedade é bem relatada e defendida por Leonardo Boff, que segundo ele:

[...] a ética perdeu o horizonte da transcendência que vem do espírito e de sua obra que é a espiritualidade, aquela dimensão da consciência que permite ao ser humano sentir-se parte do todo e identificar um sentido maior de sua existência e de sua curta passagem por esse mundo. A

<sup>43</sup> Disponível em: < <http://www.triplov.com/boff/etica.html>> Acesso em: 15 mar 2020.

<sup>44</sup> BETT, 2013.

<sup>45</sup> A BÍBLIA. Passagens explicitadas no Sermão do Monte, Livro de Mateus, dos Capítulos 5 ao 7.

espiritualidade está para a ética como a aura para as estrelas. Sem aura as estrelas não brilham, sem espiritualidade a ética facilmente se transforma em moralismo e legalismo.<sup>46</sup>

Com isso, a ética cristã não é apenas um fenômeno que se limita a aplicabilidade de normas e padrões a serem defendidos e seguidos, em termos de uma tecnicidade, como também em aspectos espirituais que pode envolver o ser humano não apenas como um ser material, como relata Murad:

A espiritualidade é como a seiva que circula no interior da árvore. As pessoas não a veem, mas ela garante a vida e a fecundidade [...]. A espiritualidade tornar-se-á algo importante à medida que as pessoas e as instituições superarem a cultura da aparência e da exterioridade.<sup>47</sup>

Essa compreensão de que a ética cristã tinha como finalidade não apenas uma relação para consigo e com o próximo em sentido unicamente social, como bem-estar para um convívio grupal, é apoiada pela própria natureza das leis existentes e ensinadas no Antigo Testamento.

As leis do Antigo Testamento eram divididas em leis cerimoniais, civis e morais. Como afirma Bett<sup>48</sup>, tais leis tinham também o papel de oferecer ao ser humano uma relação para com seu Criador, sendo o objetivo dessa relação Criador-criatura a manutenção do alimento espiritual que sustenta a pessoa.

A ênfase nas leis judaicas, também defendidas e expostas nas relações cristãs, são as leis contidas nas tábuas, os dez mandamentos, que foram apresentados por Moisés quando houve o êxodo do povo escolhido, e que segundo o livro de Êxodo foram os mandamentos escritos em duas tábuas de pedras pelo próprio Deus<sup>49</sup>.

Os mandamentos tinham por objetivo, de forma simplória, orientar o povo tanto em suas relações para com Deus, descritas nos quatro primeiros mandamentos, como para com o próximo e assim o convívio social ser harmônico, como relatam os outros seis mandamentos<sup>50</sup>.

Ainda no Antigo Testamento, há defesas para uma ética de uso individual, quando as mesmas leis civis e cerimoniais, são expostas pelos profetas, os quais

---

<sup>46</sup> BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 43.

<sup>47</sup> MURAD, Afonso. **Gestão e espiritualidade**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2012, p. 129.

<sup>48</sup> BETT, 2013.

<sup>49</sup> A BÍBLIA, Livro de Êxodo, capítulo 20.

<sup>50</sup> A BÍBLIA, 2009.

tinham o papel de levar as palavras revelas de Deus aos homens que pertenciam ao seu povo escolhido.

Caberiam aos profetas orientar o povo a retornar aos padrões estipulados e requeridos pelo próprio Deus. Só assim o povo teria conhecimento de suas obrigações e responsabilidades diante da sociedade e diante do próprio Deus<sup>51</sup>.

Muitas vezes, quando as normas estipuladas pelos decretos divinos não eram obedecidas, mas sim negligenciadas, Deus punia o seu povo com maldições, ou mesmo com poderosos inimigos para que o mesmo retornasse ao caminho que outrora trilhara<sup>52</sup>.

O Deus judaico-cristão é um Deus que é terrível, que não se deixa ser vencido pelo suborno e que zela por seu povo<sup>53</sup>, o qual deve caminhar continuamente em seus caminhos para que não haja desvio no cumprimento de seus mandamentos.

Isso se dá, como é visto nas passagens bíblicas do Antigo Testamento, por ser o Deus do povo hebreu o responsável por ditar as regras morais de seus adoradores para que os mesmos não sejam como as demais nações, tão reprovadas por Jeová, e assim o seu povo possuiria em seu cerne características que deveriam distinguir o povo escolhido das demais tribos, nações, civilizações.

O poder moral implantado sobre os judeus, assim como sobre os cristãos, é um fenômeno que visa manter mais que uma relação social entre as pessoas, visa manter uma relação para com o seu Criador, sendo as consequências por tais desobediências trágicas e horrendas, não porque o sujeito cristão feriu apenas normas civis, porém por ter profanado o nome daquele é Deus dos deuses<sup>54</sup>.

No Novo Testamento, muitas foram as repressões no sentido moral impostas por aquele que é considerado o apóstolo dos gentios<sup>55</sup>.

Quando escrevera sua carta aos Coríntios, o apóstolo condenara a imoralidade daqueles que diziam ser participantes da comunhão dos santos<sup>56</sup>.

Em outra de suas cartas, direcionada aos Gálatas, Paulo enfatiza que o ser humano é uma pessoa que possui uma guerra dentro de si: a carne passou a gladiar contra o espírito<sup>57</sup>.

---

<sup>51</sup> BETT, 2013.

<sup>52</sup> A BÍBLIA, Livro Deuteronômio, capítulo 28, versículos 15 ao 68.

<sup>53</sup> A BÍBLIA, Livro Deuteronômio, capítulo 10, versículo 17.

<sup>54</sup> A BÍBLIA, Livro Deuteronômio, capítulo 10, versículo 17.

<sup>55</sup> A BÍBLIA, Livro Atos, capítulo 9, versículo 15.

<sup>56</sup> A BÍBLIA, Livro I Coríntios, capítulo 5, versículo 1.

As normas éticas cristãs parecem possuir mais de uma peculiaridade, pois o cristão tem a ideia de que a desobediência moral é uma atitude que o torna mais que um ser imoral, ele passa a ser um inimigo de Deus por ter recebido em seu ser o que os cristãos denominam por pecado.

A ideia principal defendida pela ética cristã está fundamentada na cosmovisão de que a lei moral não é apenas um instrumento que torna a pessoa humana um agente não primitivo em seu convívio social, mas sim alguém que pode profanar o nome de Deus<sup>58</sup>.

### 2.3 A gestão da ética na Administração Pública

É possível observar as falhas encontradas em muitos setores de competência da administração pública. Estas falhas estão relacionadas com a escolha de gestores que realizarão tais funções nesses órgãos, mas eles – os gestores - muitas vezes sequer possuem uma capacidade profissional ideal para determinada função sob a qual está sua responsabilidade.

Isso pode acontecer porque muitas vezes tais servidores não foram pré-selecionados através de perfil submetido a um banco de dados, mas sim pelo simples fato de os mesmos terem contatos com determinados políticos, os quais parecem não se importar com as escolhas que são feitas para a manutenção de uma organização pública que tem por objetivo fornecer serviços para a população<sup>59</sup>.

A gestão que tem por objetivo manter a existência de uma organização, como afirma Catelli<sup>60</sup> ao dizer que:

A gestão caracteriza-se pela atuação em nível interno da empresa que procura otimizar as relações recursos-operação-produtos/serviços, considerando as variáveis dos ambientes externo e interno que impactam as atividades da empresa em seus aspectos operacionais, financeiros, econômicos e patrimoniais.

---

<sup>57</sup> A BÍBLIA, Livro Gálatas, capítulo 5, versículo 17.

<sup>58</sup> A BÍBLIA, Livro Êxodo, capítulo 20, versículo 7.

<sup>59</sup> SILVA, Nathalia Duarte da. **Ética e desempenho dos Gestores Públicos**. Repositório Institucional da Unisul (RIUNI), Santa Catarina, 2017. Disponível em: <[https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2812/%c3%89TICA\\_E\\_DESEMPENHO\\_DOS\\_GESTORES\\_P%c3%9aBLICOS\\_Nathalia\\_Duarte.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2812/%c3%89TICA_E_DESEMPENHO_DOS_GESTORES_P%c3%9aBLICOS_Nathalia_Duarte.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 25 abr 2019.

<sup>60</sup> CATELLI, Armando (Coordenador). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.

Essas variáveis de natureza interna e externa podem, muitas vezes, ocasionar danos na estrutura de uma organização. Isso se dá pelo motivo de que alguns gestores não possuem competências exigidas para sua função.

As pessoas que possuem cargos públicos devem ter o conhecimento de que seus interesses pessoais não devem estar acima dos interesses de ordem pública. Caso isso venha a ocorrer, tais servidores podem estar corrompidos eticamente e toda a instituição pública passa a ter uma funcionalidade que não deveria possuir em sua essência.

Silva<sup>61</sup> diz que muitos gestores que trazem à tona seus interesses pessoais acima dos interesses públicos podem estar associados a casos de corrupção, abusos de poder, ocasiões constantes de nepotismo, como também muitas outras atitudes ilícitas e imorais.

Com tantos casos de corrupção que assolam as diversas instituições públicas do país, há aqueles defensores que lutam para que a ética desses gestores seja transparente. Isso pode ocasionar a criação de um Estado mais limpo em termos da ausência de atitudes ilícitas. Contudo, não cabe apenas que a ética seja transparente, mas que a mesma seja conhecida por todos e cumprida, como afirma Cruz *et. al.*<sup>62</sup>, que defende a transparência da ética na gestão pública através da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Serejo<sup>63</sup> diz que a ética passou a ser um dos grandes desafios da administração pública. Isso acontece porque para a gestão de caráter público a ética está além de uma simples concepção que distingue o certo do errado, o bem do mal. Ela entra em esferas que levam tal gestão para o cumprimento do objetivo que lhe fora requerido, o que é o bem comum.

A corrupção é um fenômeno que, quando está presente na Administração Pública, inibe o cumprimento do fim pelo qual fora planejada determinada instituição que em sua essência visa o bem coletivo, como afirma Gomes<sup>64</sup>:

A corrupção é a expressão dos valores de uma dada cultura que justifica a exploração de uma pessoa sobre outra e que condecora o mais “esperto e

---

<sup>61</sup> SILVA, 2017.

<sup>62</sup> CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**. 2012, vol.46, n.1, pp.153-176.

<sup>63</sup> SEREJO, Bianca Moreira Serra. **Ética na administração pública: nepotismo é uma conduta ética?** (2010). Disponível em: <[https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=4998](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4998)> Acesso em 24 abr 2019.

<sup>64</sup> GOMES, Nanci Fonseca. Ética na administração pública: desafios e possibilidades. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, 48(4):1029-1050, jul./ago. 2014.

perspicaz”. Ela expõe a falência da ética que garante a vida e que é baseada na consciência de que cada ação pessoal se reflete no contexto social e no universo particular do indivíduo. Quando praticada na administração pública, a corrupção expõe um universo de inversão de valores no qual prevalecem interesses particulares em detrimento dos interesses públicos.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, LRF (2000), foi criada com o objetivo de fiscalizar e punir o infrator que não cumpre o papel para o qual fora designado, que tem como fim o bem coletivo e não a manutenção e manifestação, enquanto servidor público, de colocar seus interesses pessoais acima dos demais cidadãos que dependem de uma eficaz atuação da administração pública.

Silva<sup>65</sup> diz que a responsabilização:

[...] refere-se à identificação de falhas e erros e, conseqüente denúncia no Ministério Público, que, de acordo com a lei, enquadra e pune o infrator. Portanto, a gestão pública requer eficiência, ética e transparência, o que atualmente, no Brasil, mesmo que com alguns avanços em termos de denúncia e cumprimento da Lei, estamos distantes do efetivo cumprimento dos dispositivos legais que asseguram transparência e eficácia na administração pública.

Ainda segundo a autora referida, a população almeja que os gestores públicos cumpram com seus papéis oferecendo à sociedade um trabalho de qualidade, isento de quaisquer escândalos envolvendo atos antiéticos, contudo, isso só se dará caso os gestores públicos passem a adotar a prática ética no interior dessas instituições.

Mendes e Lúcio<sup>66</sup> afirmam que não basta ter um código de ética que visa orientar tais pessoas, servidores no cumprimento de forma ética e moral suas atividades, mas que tais indivíduos precisam ser transformados para que seus modos passem a ser considerados atos não mais ilícitos.

O conceito de transformação aqui aplicado pode estar em sua compreensão, relacionado ao que é defendido pela moral cristã, quando afirma que o ser humano é um ser que perdeu seu estado de perfeição. Com isso, passou a carregar em sua imagem falhas, corrupções que buscam satisfazer a seu estado decaído<sup>67</sup>.

A moral judaico-cristã, se aplicada como técnica ou mesmo como o padrão a ser seguido que visa orientar os funcionários, gestores públicos, pode em muito contribuir para um melhor serviço da gestão pública. No entanto, a questão é bem

---

<sup>65</sup> SILVA, 2017.

<sup>66</sup> MENDES, AnnitaValléria Calmon; LÚCIO, Magdade Lima. Códigos de ética: O discurso da ética no serviço público. **XXXVII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, p. 7-11, set. 2013.

<sup>67</sup> A BÍBLIA, Livro de Gênesis capítulo 3 e Epístola de Tiago, capítulo 4.

mais complexa do que se pensa, uma vez que precisa ser traduzido para o discurso público também de não cristãos para serem aceitáveis num estado laico – ou seja, não se pode colocar valores cristãos diretamente como fonte de ética, apenas com um possível aporte para uma ética comum.

Isso se dá porque a cosmovisão cristã não nega a natureza corrupta da pessoa em si, pelo contrário, muitas são as afirmações contidas no Novo Testamento, conjunto de ensinamentos para o cristianismo, que defende o quão o ser humano é alguém que necessita de uma transformação, uma verdadeira regeneração.<sup>68</sup> O conceito de “regeneração” implica conversão – porém esta é, em primeiro lugar, espiritual ou religiosa e, portanto, não pode contar para a questão ética no âmbito público. Já “transformação” é mais amplo.

Ainda de acordo com a visão de mundo cristã, a corrupção humana está além do que a sociedade comum compreende por corrupção. Para o cristianismo, a corrupção humana é algo que interfere não apenas na conduta da pessoa e seu semelhante, mas também o expulsa da presença de seu Criador<sup>69</sup>. O ser humano, quando não vivencia a transformação realizada por Cristo está sujeito a ser escravo de suas paixões egoístas<sup>70</sup>, permanece em sua natureza caída que não compreende nem mesmo o que é bom, pois, como afirma o apóstolo Paulo, todos os homens são condenáveis diante de Deus, nenhum pode fazer o bem, pois não há nenhum sequer que possa fazer tal obra de bondade<sup>71</sup>.

Paulo em defesa da ideia de que o ser humano é um ser caído, e quando caído entende-se por um pecador corrupto que vive em prol de manifestar e satisfazer seus desejos egoístas e imorais, continua a afirmar que a garganta dos homens é como sepulcros abertos, eles possuem e destilam veneno em seu falar e em suas práticas há perversão e crueldade.<sup>72</sup>

Todo ser humano, segundo Freud<sup>73</sup>, possui pulsões que o impulsionam a praticar determinados comportamentos que visam satisfazer tais pulsões. Isso ocorre devido a presença de uma força, denominada de *id*, que todo ser humano contém em si.

<sup>68</sup> Ideia defendida pelo apóstolo Paulo, quando escreveu sua Carta à Igreja de Roma, expressada nos primeiros 9 capítulos da epístola aos Romanos.

<sup>69</sup> A BÍBLIA, Livro Gênesis, capítulo 3, versículo 23.

<sup>70</sup> A BÍBLIA, Livro Efésios, capítulo 2, versículo 1 ao 10.

<sup>71</sup> A BÍBLIA, Livro Romanos, capítulo 3, versículos 10 ao 12.

<sup>72</sup> A BÍBLIA, Livro Romanos, capítulo 3, versículos 13 ao 18.

<sup>73</sup> FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** [1930]. In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas de... Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1988. v. XXI.

O Id, segundo Freud<sup>74</sup>, é a parte instintiva do ser humano, que o torna semelhante a um animal que possui desejos a ser saciados. Com o desenvolvimento de cada sujeito cabe aos pais e sociedade definirem regras morais a serem seguidas para que essa força seja reprimida e assim seja possível o convívio social, pois o id é o depósito de nossas energias instintivas, sendo regido pelo que se denomina de princípio de prazer:

Do ponto de vista topográfico, o inconsciente, como instancia psíquica, virtualmente coincide com o id, o qual é considerado o pólo psicobiológico da personalidade, fundamentalmente constituído pelas pulsões. Sob o ponto de vista econômico, o id é a um só tempo um reservatório e uma fonte de energia psíquica. Do ponto de vista funcional, ele é regido pelo princípio do prazer; logo pelo processo primário<sup>75</sup>.

Sob a ótica freudiana, o ser humano que se rende a comportamentos corruptos é aquele que se deixa reger por seu id, sua faculdade instintiva que possui alguma falha de natureza moral e manifesta algum desejo de ordem primária que deveria ter sido reprimido.

O responsável por inibir os instintos do id é o superego. Seria o superego nada mais que as regras morais impostas no sujeito, oriundas de leis presentes no ambiente familiar ou mesmo na sociedade. Cabe ao sujeito introjetar tais leis para conter suas pulsões. O superego, enquanto um regente que busca limitar as pulsões do id, freando seus intermediários, o ego, pode relacionar-se com a compreensão ética.

É importante a presença da ética e da moral e seu cumprimento na gestão pública. Pereira afirma o seguinte:

Consideramos que os indivíduos que cometem desvios éticos são moralmente imaturos. Por outro lado, os indivíduos moralmente maduros não se submetem às regras sociais porque esperam recompensas tangíveis por concordarem com elas ou temem punições por transgredi-las. Eles eventualmente internalizam os princípios morais aprendidos e se conformam a eles, mesmo quando figuras de autoridade não se encontram presentes para obrigá-los a agir de acordo com eles. Por sua vez, a internalização, ou seja, a mudança de ações controladas por algo externo para condutas orientadas pela internalização de padrões e princípios, é uma etapa crucial em direção à maturidade moral<sup>76</sup>.

<sup>74</sup> FREUD, Sigmund. **Obras completas**, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925) / Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>75</sup> ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos: teoria, prática e clínica** – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999, p. 83.

<sup>76</sup> PEREIRA, Romilson Rodrigues. **Ética nas instituições públicas** (2008). Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/etica-nas-instituicoes-publicas.htm>> Acesso em 24 abr 2019, p. 5.



Com isso, ainda que existam regras criadas sob uma cosmovisão cristã, ou mesmo uma compreensão psicológica sobre o sujeito, cabe a este submeter-se a tais regras leis, passando a ser um alguém com maturidade moral para que possa exercer suas funcionalidades de forma digna e honesta.

Vê-se, portanto, que a ausência de um cumprimento ético na gestão pública pode estar relacionada ao crescimento de um pensamento e prática individualista que oferece à pessoa humana um objetivo de alcançar poder e prestígio, sendo que muitos seres humanos acabam não se dando conta do que fazem para alcançar tais objetivos, desrespeitando suas obrigações.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nesta seção serão abordados os procedimentos metodológicos usados para o levantamento dos dados da pesquisa e o seu desenvolvimento. Nisto, inicialmente, é apresentada o desenho da pesquisa, com o esboço do estudo realizado; depois segue-se discorrendo a respeito da natureza da pesquisa. Em seguida, é especificado o instrumento de coleta utilizado, com seu processo e procedimentos de coleta e, por conseguinte, o processo de análise dos dados. Finalmente, a caracterização da universidade estudada nesta pesquisa.

#### 3.1 Desenho da pesquisa

A pesquisa foi estruturada em oito etapas, conforme apresentado na Figura

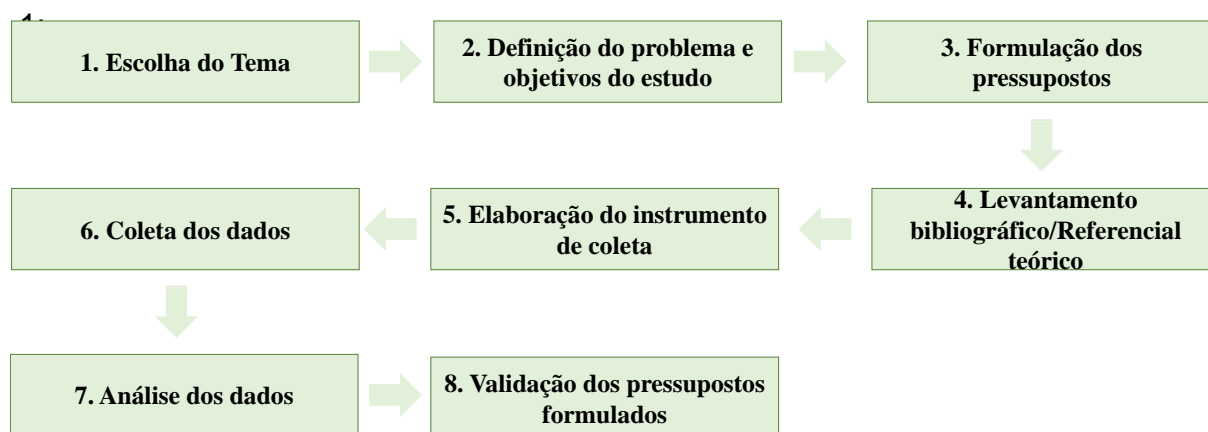


Figura 1: etapas da pesquisa

Fonte: elaborada pela autora

Após a escolha do tema, definição do problema e objetivos do estudo, formularam-se os pressupostos desta investigação; a seguir, foi realizada uma ampla pesquisa bibliográfica sobre a temática ética no serviço público, destacando sua importância, conceitos e práticas. A pesquisa baseou-se em artigos, dissertações e teses, além dos autores de livros que publicam na temática escolhida para a presente pesquisa. Nas produções acadêmicas identificadas, observaram-se os modelos teóricos, técnicas e métodos de pesquisa utilizados, bem como os resultados obtidos pelos diversos autores.

Uma vez finalizada a revisão de literatura, ou seja, o referencial teórico, passou-se a construir o instrumento de coleta de dados, no qual se apoia a presente investigação. Em seguida fez-se uso de dados secundários, obtidos em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará junto aos seus servidores técnico-administrativos.

Com os dados dessa pesquisa, procederam-se a compilação, análise e interpretação dos dados e, por fim, a validação dos pressupostos levantados.

### 3.2 Natureza da pesquisa

A especificação de uma metodologia adotada numa pesquisa, de acordo com Lakatos e Marconi<sup>77</sup>, é a que abrange maior número de itens, respondendo, a um só tempo, às questões: como? Com quê? Onde e quando? Para Vergara<sup>78</sup>, o método “é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”.

O método, numa investigação científica, é a sequência que se deve adotar aos diferentes processos necessários para atingir um resultado desejado, o que, na ciência, envolve o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade. O método dependerá do objeto da pesquisa e, portanto, não pode ser inventado. A metodologia científica almeja descobrir a realidade dos fatos e, ao serem descobertos, devem guiar o uso do método<sup>79</sup>.

Vergara<sup>80</sup> propõe dois critérios básicos de classificação da pesquisa: quanto aos fins e quanto aos meios.

Nisto, quanto aos fins, uma pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada, intervencionista. E quanto aos meios de investigação, pode ser pesquisa de campo, pesquisa de laboratório, telematizada, documental, bibliográfica, experimental, *ex post facto*, participante, pesquisa-ação, estudo de caso.

Pelo exposto, esta pesquisa pode ser classificada da seguinte forma:

---

<sup>77</sup> LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

<sup>78</sup> VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997, p. 12.

<sup>79</sup> CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

<sup>80</sup> VERGARA, 1997.

i) Quanto aos fins: exploratório-descritiva. Busca proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses, visando, ainda, descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis;

ii) Quanto aos meios: estudo de caso. Para respaldar a opção por essa metodologia, Yin<sup>81</sup> explica que “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real [...]”. O citado autor salienta, ainda, que os estudos de caso podem ser únicos ou múltiplos. Para esta pesquisa, adotou-se o primeiro, por ser realizada em uma única universidade pública federal. Assim, a presente investigação é caracterizada como um estudo de caso único, pois visa analisar a percepção dos servidores da Universidade Federal do Ceará a respeito dos deveres morais e éticos que orientam o comportamento dos servidores públicos;

iii) Quanto à abordagem: a pesquisa se caracteriza como qualitativa, tendo em vista que não se adotará, de acordo com Richardson<sup>82</sup>, elementos estatísticos para fundamentar o processo de análise do problema, ou seja, não se utilizarão recursos e técnicas estatísticas (média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, etc.).

### 3.2 O instrumento da pesquisa

Neste trabalho foram utilizados dados secundários de uma pesquisa realizada no âmbito da Universidade Federal do Ceará (UFC), devidamente autorizado o uso dos dados pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP).

Nessa pesquisa foi utilizado um questionário estruturado, onde os respondentes, além de informar seu perfil sócio demográfico, manifestaram seu grau de concordância em cada uma das afirmativas apresentadas, devendo para tanto, assinalar um número que variava de 1 a 5, sendo: 1 – discordo totalmente; 2 – discordo; 3 – indiferente; 4 – concordo e 5 – concordo totalmente.

O instrumento de coleta utilizado na pesquisa da UFC foi composto por 27 questões distribuídas em 5 blocos (grupos), quais foram:

---

<sup>81</sup> YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005, p. 32.

<sup>82</sup> RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

- Grupo I: perfil dos servidores, com 6 questões, objetivando coletar os seguintes dados: sexo, idade, formação, tempo de atuação no serviço público, nível do cargo ocupado e se ocupa cargo de chefia na instituição;

- Grupo II: compreensão da ética no serviço público, com um total de 4 afirmativas, teve como objetivo identificar a noção do servidor a respeito do código de ética no serviço público;

- Grupo III: ética pessoal, composto por 7 afirmativas, buscou relacionar a ética pessoal do servidor;

- Grupo IV: ética dos colegas, possui 4 afirmativas e objetivou identificar como o servidor avalia a ética de seus colegas de convívio no trabalho; e

- Grupo V: ética no trabalho, com um número de 6 afirmativas, avaliou-se a atuação do servidor no exercício das suas atribuições na instituição.

O uso dos dados da pesquisa da UFC buscou atingir os objetivos deste trabalho, conforme demonstrado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1: Objetivos da pesquisa X questionário da UFC

<b>Objetivo da pesquisa</b>	<b>Grupo de questões do questionário</b>
1) Traçar o perfil sócio demográfico dos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará.	Grupo I: perfil sócio demográfico
2) Verificar a percepção dos servidores públicos da Universidade Federal do Ceará a respeito dos elementos da ética pessoal, da ética no trabalho e daqueles inerentes às normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas.	Grupo II: compreensão da ética no serviço público; Grupo III: ética pessoal; Grupo IV: ética dos colegas; Grupo V: ética no trabalho.

Fonte: elaborada pela autora

Vale ressaltar a importância desta pesquisa, uma vez que os dados coletados, analisados, serão devolvidos à UFC - especificamente o quarto capítulo, no qual revela os resultados obtidos - a fim de trabalharem os pontos mais significativos das questões às quais os indivíduos envolvidos - da referida instituição - participaram. Além disso, esta dissertação ficará disponível no meio acadêmico como uma forma de fonte de consulta para novos pesquisadores. Salienta-se, ainda, que esta monografia está em conformidade com o código de ética, pois em nenhum momento comprometemos ou denegrimos a imagem de nenhum entrevistado, nem muito menos da UFC.

### 3.3 Coleta dos dados

A coleta de dados realizada no âmbito da UFC se deu com a aplicação de um questionário, conforme já citado no item 3.2 deste trabalho. Os dados originados do referido instrumento de coleta foram sistematizados através da ferramenta Google Formulários, ou seja, o questionário foi elaborado na *internet*, com preenchimento *online* pelos pesquisados.

A UFC disponibilizou o questionário *online* para os seus servidores técnico-administrativos ativos através de correio eletrônico enviado por intermédio da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas.

O quantitativo de respondentes, de acordo com a citada pesquisa, foi de 347 servidores técnico-administrativos, representando 10,15% da população dos servidores técnico-administrativos da UFC, pois, de acordo com o Anuário Estatístico da UFC 2019<sup>83</sup>, base 2018, há um total de 3.420 servidores técnico-administrativos ativos.

Para validar o tamanho da amostra (questionários válidos respondidos), fez-se uso de uma ferramenta online disponível no site SurveyMonkey, através do endereço <https://pt.surveymonkey.com/>, conforme Figura 2:

---

<sup>83</sup> **Anuário Estatístico da UFC 2019** base 2018, disponível em: [http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2019\\_base\\_2018.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2019_base_2018.pdf) acesso em 01 out 2019.

SurveyMonkey

Início Como funciona Exemplos Serviços de questionário Planos e preços FAZER LOGIN INSCREVER-SE

## Calculadora de tamanho de amostra

Inscrição Pro Envie um questionário gratuitamente

De quantos respondentes você precisa para seu questionário? Determinar o tamanho da amostra para um questionário pode ser difícil até para estatísticos.

Quer saber como calculá-lo? Nossa calculadora de tamanho de amostra está aqui para ajudar. Veja aqui tudo o que você precisa saber para obter o número certo de respostas para seu questionário.

### Calcule o tamanho da sua amostra

Tamanho da população 3420

Nível de confiança (%) 95

Margem de erro (%) 5

Tamanho da amostra

# 346

Está realizando uma pesquisa de mercado? O SurveyMonkey Audience encontra os melhores respondentes para você de forma rápida e simples. Além disso, ele o

Figura 2: Cálculo do tamanho da amostra

Fonte: SurveyMonkey, disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>, acesso em 01 out 2019.

Assim, para o tamanho da população de 3.420 servidores técnico-administrativos ativos na UFC, com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 5%, o tamanho da amostra aceitável é de 346 respondentes. Nisto, verifica-se que o total de respondentes de 347 é considerado estatisticamente válido.

### 3.4 Caracterização da universidade pesquisada

A Universidade Federal do Ceará, sediada em Fortaleza, Ceará, foi criada pela Lei nº 2.373, em 16 de dezembro de 1954, e instalada em 25 de junho de 1955, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Inicialmente era constituída pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. Atualmente é composta de sete campi: Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabuçu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus de Sobral, Campus de Quixadá, Campus de Crateús e Campus de Russas.

De acordo com o Anuário Estatístico da UFC 2019, base 2018, possui a seguinte estrutura organizacional (Figura 3):

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Fluxograma 1.1 - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

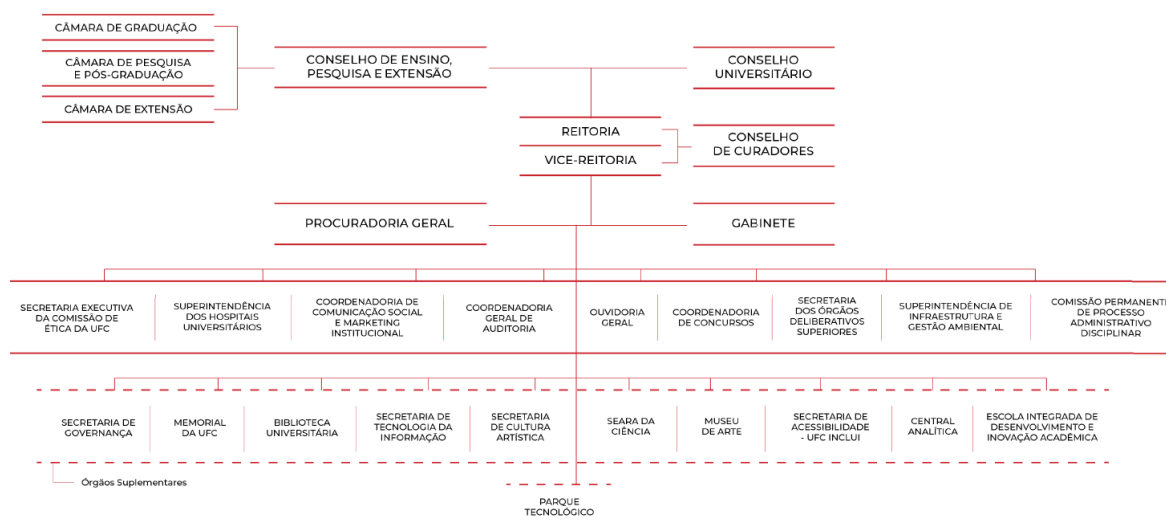


Figura 3: Estrutura Organizacional da UFC (2019)  
Fonte: Anuário Estatístico da UFC 2019, base 2018

A Administração Superior da UFC é exercida através dos seguintes órgãos:

- **Conselho Universitário (CONSUNI):** O Conselho Universitário (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo para traçar a política universitária e decidir em matéria de administração, inclusive gestão econômico-financeira;
- **Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE):** O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão superior deliberativo e consultivo da Universidade, em matéria de ensino, pesquisa e extensão;
- **Conselho de Curadores:** O Conselho de Curadores (órgão colegiado com representação estudantil) é o órgão com atribuições de fiscalização econômico-financeira;
- **Reitoria:** Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de



pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

A estrutura orgânica da Reitoria é a seguinte:

Quadro 2: Estrutura organizacional e instâncias de decisão da UFC

Órgão	Unidade
Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor	- Gabinete - Procuradoria Geral
Órgãos de Assessoramento ao Reitor	- Coordenadoria de Comunicação Social e Marketing Institucional - Coordenadoria de Concursos - Coordenadoria Geral de Auditoria - Ouvidoria Geral - Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores
Órgãos de Planejamento e Administração	- Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas - Pró-Reitoria de Planejamento e Administração - Superintendência de Hospitais Universitários - Superintendência de Infraestrutura e Gestão Ambiental
Órgãos de Atividades Específicas	- Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - Pró-Reitoria de Extensão - Pró-Reitoria de Graduação - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Órgãos Suplementares	- Biblioteca Universitária - Central Analítica - Escola Integrada de Desenvolvimento e Inovação Acadêmica - Memorial da UFC - Museu de Arte - Seara da Ciência - Secretaria de Acessibilidade - Secretaria de Cultura Artística - Secretaria de Governança - Secretaria de Tecnologia da Informação - Parque Tecnológico

Fonte: <http://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc/85-estrutura-organizacional-e-instancias-de-decisao>. Acesso em 01 out 2019.<sup>84</sup>

A Administração Acadêmica da UFC possui os departamentos que são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades. Os departamentos constituem a menor fração da estrutura universitária, para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científico, bem como de distribuição de pessoal, exceto nos casos dos campi de Sobral, Quixadá, Russas, Crateús e dos Institutos de Ciências do Mar (LABOMAR), Cultura e Arte (ICA), Universidade Virtual (UFC Virtual) e de Educação Física e Esportes (IEFES), nos quais as unidades acadêmicas são constituídas pelas coordenações dos cursos. Os centros, faculdades e institutos da UFC, são os seguintes:

- Centro de Ciências
- Centro de Ciências Agrárias
- Centro de Humanidades
- Centro de Tecnologia
- Faculdade de Direito
- Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade
- Faculdade de Educação
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem
- Faculdade de Medicina
- Instituto de Ciências do Mar
- Instituto de Cultura e Arte
- Instituto de Educação Física e Esportes
- Instituto Universidade Virtual
- Campus da UFC em Crateús
- Campus da UFC em Quixadá
- Campus da UFC em Itapajé

---

<sup>84</sup> UFC. **Estrutura organizacional e instâncias de decisão**. Disponível em: <<http://www.ufc.br/a-universidade/administracao-da-ufc/85-estrutura-organizacional-e-instancias-de-decisao>>. Acesso em 01 out 2019.

- Campus da UFC em Russas
- Campus da UFC em Sobral

A UFC<sup>85</sup> oferta 110 cursos presenciais de graduação, sendo: 84 bacharelados, 25 licenciaturas plenas e 1 tecnológico. No ano de 2018 foram 6.288 vagas ofertadas, onde houve 145.638 candidatos inscritos. O ingresso na UFC é feito através do Sistema Unificado de Seleção do MEC (SISU). Em 2018 a UFC registrava 27.763 alunos matriculados nos seus mais diversos cursos. Neste mesmo ano, foram 3.204 alunos concluintes.

A UFC, possui, ainda, 9 cursos semipresenciais, que contavam, em 2018, com 1.857 alunos matriculados.

Com relação aos cursos de pós-graduação, a UFC conta com 125 cursos, distribuídos da seguinte forma:

- Doutorado: 45 cursos;
- Mestrado Acadêmico: 58 cursos;
- Mestrado Profissional: 14 cursos; e
- Especialização (Presencial e EAD): 8 cursos.

Em 2018, foram 1.981 ingressantes nos cursos de pós-graduação da UFC, com um total 6.992 de alunos matriculados neste mesmo ano.

O detalhamento dos recursos humanos em 2018 na UFC é feito a seguir no Quadro 3:

Quadro 3: Recursos humanos na UFC em 2018

Categoria	Quantidade
<b>Docentes</b>	<b>2.297</b>
Doutorado	1.736
Mestrado	400
Especialização	50
Graduação	111
<b>Técnicos-administrativos</b>	<b>3.420</b>
Doutorado	148

<sup>85</sup> Anuário Estatístico da UFC, 2019.

Mestrado	582
Especialização	960
Graduação	1.005
Ensino Médio	584
Ensino Fundamental	141

Fonte: Anuário Estatístico da UFC 2019, base 2018

A UFC possui uma Comissão de Ética, que tem como tarefa orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor no trato com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe atuar como instância consultiva de seus dirigentes e servidores, de acordo com o Código de Ética da UFC e com o Código de Ética do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal<sup>86</sup>.

A Comissão pode apurar, mediante denúncia ou de ofício, as condutas em desacordo com as normas éticas pertinentes. Ela atua quando provocada pela comunidade institucional, pelos usuários dos serviços da UFC ou por pessoas físicas ou jurídicas. Cabe-lhe ainda, recomendar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina<sup>87</sup>.

A Comissão de Ética da UFC foi criada pela Portaria nº 3.677A, de 15 de outubro de 2013 e possui o seguinte endereço na *internet*: <https://comissaodeetica.ufc.br/>.

## 4 RESULTADOS DA PESQUISA

Esta seção tem o objetivo de apresentar os resultados oriundos deste trabalho. Descreve as informações obtidas em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará junto aos seus servidores técnico-administrativos, distribuídos em blocos (grupos):

<sup>86</sup> UFC. **Comissão de Ética da UFC**. Disponível em: <<http://www.ufc.br/comissao-de-etica-da-ufc>> Acesso em 01 out 2019.

<sup>87</sup> UFC, 2019.

- Grupo I: perfil dos servidores;
- Grupo II: compreensão da ética no serviço público;
- Grupo III: ética pessoal;
- Grupo IV: ética dos colegas;
- Grupo V: ética no trabalho.

Apresentará, portanto, a percepção dos servidores da Universidade Federal do Ceará a respeito dos deveres morais e éticos que orientam o comportamento dos servidores públicos.

#### 4.1 Perfil dos servidores da UFC

Este grupo conta com 5 questões, e tem o objetivo de coletar os seguintes dados: sexo, idade, formação, tempo de atuação no serviço público e o nível do cargo ocupado.

O resultado é apresentado nos Gráficos 1, 2, 3, 4 e 5 a seguir.

##### 1. Sexo

347 respostas

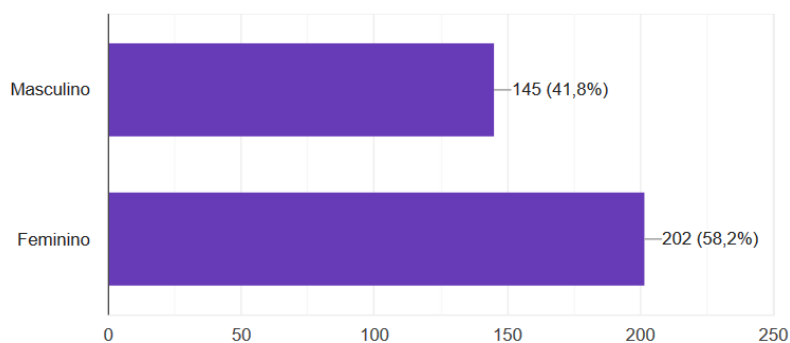


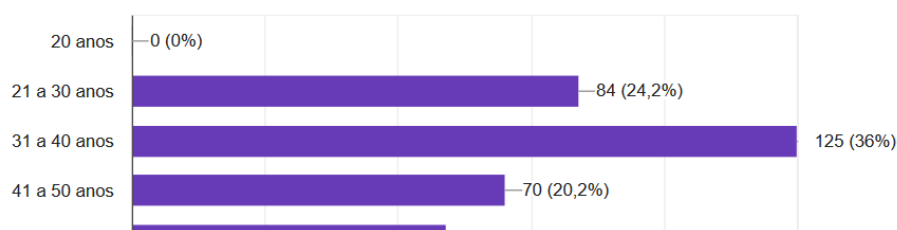
Gráfico 1: Sexo dos respondentes

Fonte: dados da pesquisa

Dos 347 respondentes, 145 eram do sexo masculino, representando 41,80% do total; e 58,2% eram do sexo feminino, num total de 202 mulheres.

##### 2. Idade

347 respostas



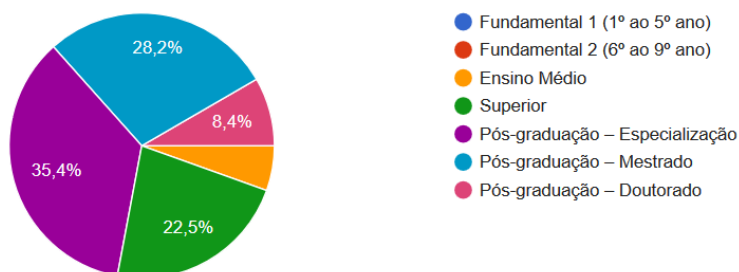
## Gráfico 2: Idade dos respondentes

Fonte: dados da pesquisa

Com relação à idade dos servidores técnico-administrativos, verificou-se que a maioria dos respondentes tinham entre 31 e 40 anos (36%). Ao se analisar a faixa etária até 40 anos de idade, notou-se que representa 60,2% do total de pesquisados. Os servidores respondentes com mais de 60 anos de idade correspondem a 2,90%.

### 3. Formação

347 respostas



## Gráfico 3: Formação dos respondentes

Fonte: dados da pesquisa

Pela análise dos dados constante no Gráfico 3, depreende-se que a maioria dos servidores respondentes possuem nível superior e pós-graduação, representando 94,50%, distribuídos da seguinte forma: 22,5% com graduação, 35,4% com título de mestres, 28,2% com especialização e 8,4% com doutoramento. Os que responderam ensino médio para sua formação correspondeu a 5,5%.

### 4. Tempo de trabalho no serviço público

347 respostas



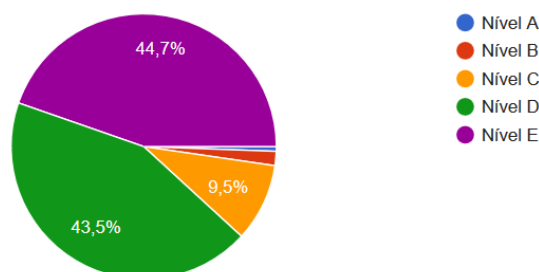
#### Gráfico 4: Tempo de trabalho no serviço público

Fonte: dados da pesquisa

A partir da análise do Gráfico 4, conclui-se que a maior parte dos servidores que participaram da pesquisa possuem entre 5 e 10 anos ou mais de trabalho na UFC (24,2%); no entanto, considerando aqueles que estão na instituição com mais de 10 anos, representa 39,8% do total. Pode identificar, ainda, que 64% dos servidores que responderam ao questionário possuem no mínimo 5 anos de trabalho na instituição.

#### 5. Nível do cargo

347 respostas



#### Gráfico 5: Nível do cargo

Fonte: dados da pesquisa

O Gráfico 5 se refere ao nível do cargo do concurso ocupado pelo servidor. Os níveis A, B e C, correspondem àqueles servidores cuja escolaridade para o cargo mínima exigida é do ensino fundamental; já o nível D corresponde à escolaridade mínima para o cargo de nível técnico ou ensino médio; e o nível E é o correspondente ao nível superior. Assim, vê-se que 43,5% é correspondente ao nível D; o nível E representou 44,7% dos respondentes, que é a maioria dos

servidores participantes. Com isto, conclui-se que os indivíduos que participaram desta pesquisa, na sua maioria, possuem a partir do ensino médio (88,2%, somando-se os níveis D e E).

## 4.2 Compreensão da ética no serviço público

Este bloco contempla 3 afirmativas. Tais afirmativas tiveram o objetivo de identificar a noção que o servidor tem a respeito do código de ética no serviço público.

Ao analisarem a afirmativa “*É importante que a Universidade Federal do Ceará possua um código de ética para os servidores*”, 97,1% concordam com a existência do código de ética para servidores, num total de 289 servidores respondentes, como se observa no Gráfico 6:

### 6. É importante que a Universidade Federal do Ceará possua um código de ética para os servidores.

347 respostas

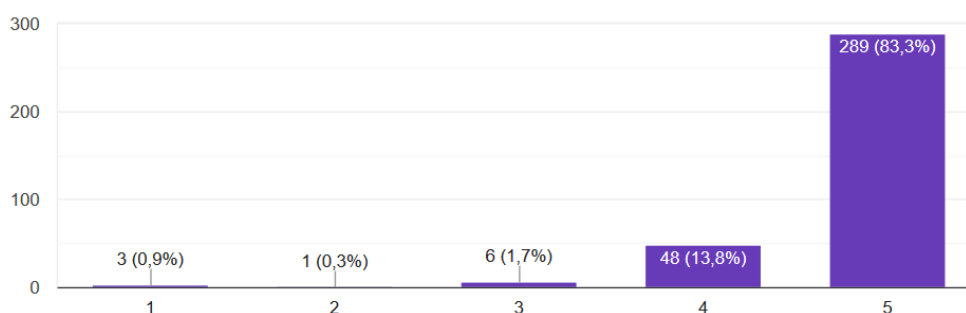


Gráfico 6: Importância da existência de um código de ética

Fonte: dados da pesquisa

Vê-se que apenas 10 servidores (2,9%) não concordam ou são indiferentes à adoção do código de ética para os servidores.

### 7. O código de ética influencia a atuação dos servidores.

347 respostas

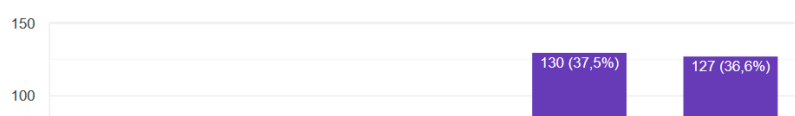




Gráfico 7: Influência do código de ética na atuação dos servidores

Fonte: dados da pesquisa

Nesta afirmativa do Gráfico 7, há uma maioria (74,1%) que concorda que o código de ética influencia a atuação dos servidores. No entanto, apesar do Gráfico 6 apresentar que a quase totalidade dos servidores concordam com a existência do código de ética, 25,9% dos respondentes ou são indiferentes ou não concordam que a atuação dos servidores possa ser influenciada pelo código de ética.

Finalizando este bloco, foi analisada pelos respondentes a frase “Se o servidor tiver participação na elaboração do código de ética, provavelmente ele terá mais facilidade para compreender e observar as determinações do código”. Gráfico 8 evidencia as respostas dos servidores:

8. Se o servidor tiver participação na elaboração do código de ética, provavelmente ele terá mais facilidade para compreender e observar as determinações do código.

347 respostas

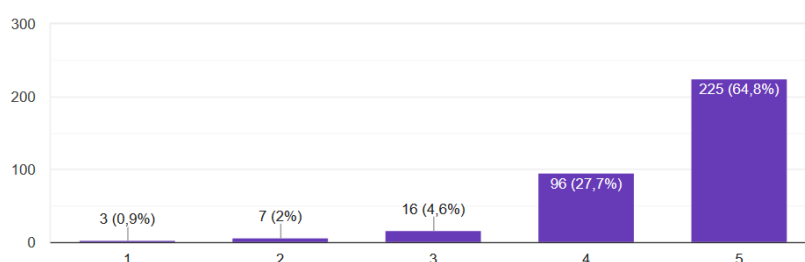


Gráfico 8: Participação dos servidores na elaboração do código de ética

Fonte: dados da pesquisa

O quantitativo de 321 dos 347 respondentes, concorda com a participação dos servidores na elaboração do código de ética e isto facilitará sua compreensão e observação; nisto, constata-se que 92,5% é favorável a esta iniciativa.

Neste grupo, pode-se afirmar que os servidores da UFC possuem uma boa noção do código de ética dos servidores, posicionando favoráveis à sua existência e, reconhecem, na sua maioria, que o código de ética influencia a conduta dos servidores.

Cabral<sup>88</sup> afirma que o código de ética empresarial é um documento no qual se estabelece objetivos de caráter ético que deseja alcançar interna e externamente; no entanto, a existência de um código de ética não garante por si só que as organizações sejam éticas, só se as pessoas que as constituírem forem íntegras e providas de virtudes morais. Assim, a existência de um código de ética pode ser muito útil na redução de práticas antiéticas.

### 4.3 Ética pessoal

Este grupo é composto por 7 afirmativas e buscou-se relacionar a ética pessoal do servidor. A seguir serão analisadas as respostas dos participantes.

No Gráfico 9, vê-se que 89% dos que participaram da pesquisa concordam que *“cada pessoa pode, conforme o meio social em que vive e processos educativos, vir a desenvolver virtudes ou vícios”*.

**9.** Cada pessoa pode, conforme o meio social em que vive e processos educativos, vir a desenvolver virtudes ou vícios.

347 respostas

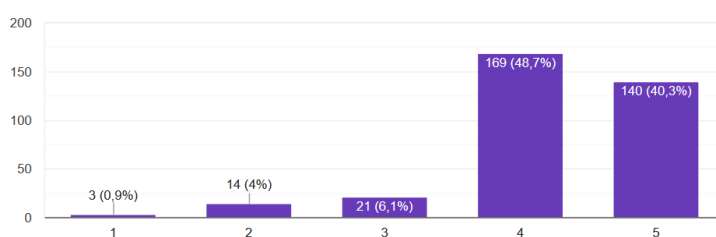
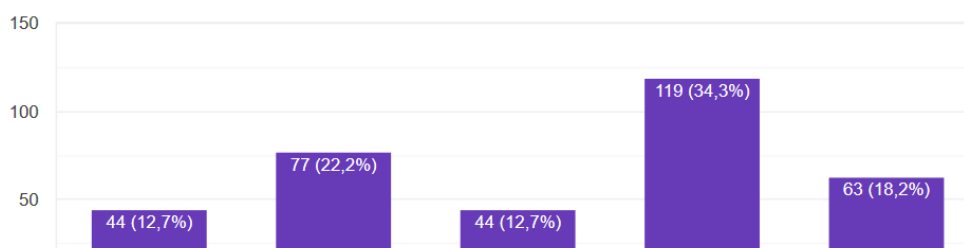


Gráfico 9: Conduta de cada pessoa

Fonte: dados da pesquisa

**10.** A conduta de cada pessoa depende da vontade, do momento e de sua necessidade em cada situação.

347 respostas



ional.

Gráfico 10: Desenvolvimento de virtudes ou vícios

Fonte: dados da pesquisa

A análise da afirmativa “A conduta de cada pessoa depende da vontade, do momento e de sua necessidade em cada situação” pelos servidores respondentes, nota-se que 52,5% concordam, ou seja, a conduta individual dependerá de cada situação, ao passo que 47,5% ou são indiferentes ou discordam, conforme Gráfico 10.

**11.** Cada pessoa deve assumir a responsabilidade de desenvolver-se continuamente, de forma a contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho da organização, independentemente de incentivos da empresa que trabalha.

347 respostas

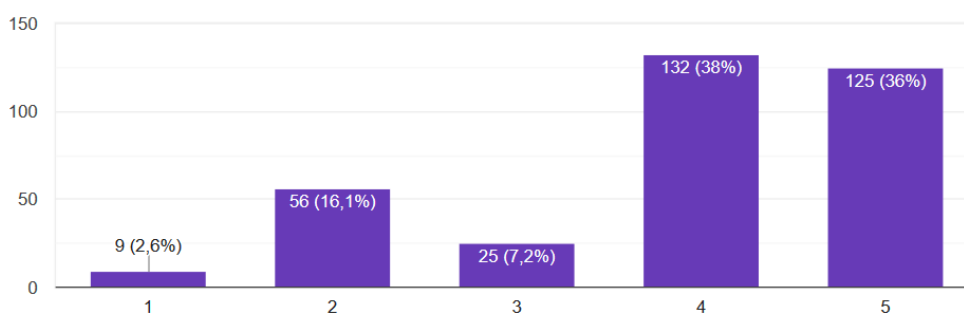


Gráfico 11: Desenvolvimento pessoal

Fonte: dados da pesquisa

No tocante ao desenvolvimento contínuo, independente de incentivos da instituição, de acordo com Gráfico 11, demonstrou que 257 respondentes concordam, representando 74% do total. Ou seja, a maioria é favorável que o

servidor se desenvolva continuamente, visando ao seu crescimento pessoal e profissional.

A seguir, foi trazida para os pesquisados uma situação conflitante, cuja resposta dos servidores é demonstrada no Gráfico 12.

12. O servidor deve defender o interesse do serviço público mesmo que em determinados momentos isso vá contra seus interesses próprios.

347 respostas

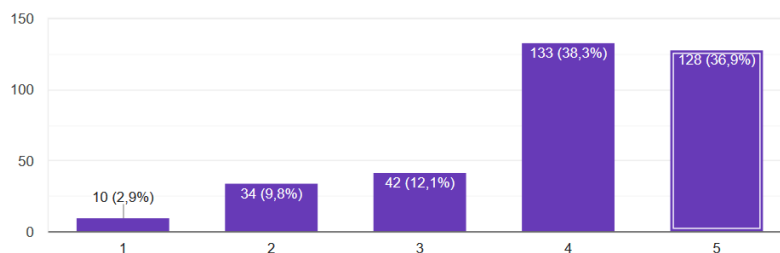


Gráfico 12: Defesa do interesse público

Fonte: dados da pesquisa

Percebe-se que a maioria dos servidores pesquisados se manifestou a favor da defesa do serviço público, independente dos interesses próprios (75,2%).

Ao se afirmar que “a menos que eu seja recompensado de alguma maneira, eu não vejo razões para dedicar esforços extras em favor do serviço público”, constatou-se que 78,10% discordou, num total, de 271 servidores.

13. A menos que eu seja recompensado de alguma maneira, eu não vejo razões para dedicar esforços extras em favor do serviço público.

347 respostas

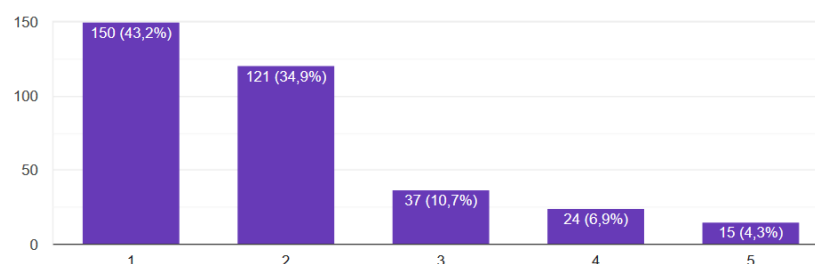


Gráfico 13: Defesa do interesse público por interesse

Fonte: dados da pesquisa

Na afirmativa do Gráfico 14, 28,3% dos servidores participantes da pesquisa concordam que cada servidor exerça suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

16. Cada servidor exerce suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

347 respostas

## 14.

Gráfico 14: Exercício das atividades conforme cobranças do superior

Fonte: dados da pesquisa

Nisto, depreende-se que 50,7% discordam dessa afirmativa. Em outras palavras, estes grupos de servidores são favoráveis que o servidor exerça suas atividades, independente das cobranças do seu superior hierárquico.

Quando os servidores respondentes analisaram a situação na qual um superior ou colega atua contra o serviço público, 79,2% tem opinião de discordância com tal prática, o que totaliza 275 dos participantes. No entanto, ainda há um percentual de 10,3% que concordam em ignorar tais atitudes para evitar conflitos, conforme se constata no Gráfico 15.

15. Quando colegas de trabalho ou superiores hierárquicos atuam contra o serviço público é melhor ignorar tais atitudes para evitar conflitos no grupo.

347 respostas

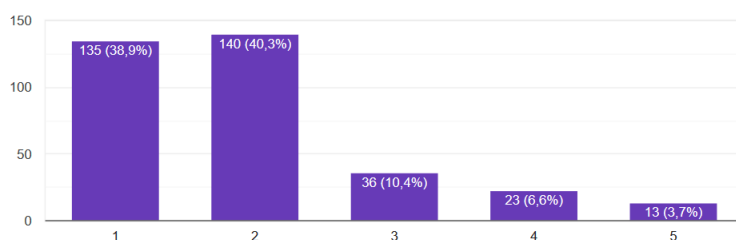


Gráfico 15: Atuação de superior ou colega contra o serviço público

Fonte: dados da pesquisa

As respostas dos servidores (9 a 15) são confirmadas pela literatura que aborda o tema:

Chaves<sup>89</sup>, afirma que

a virtude está presente na retidão dos fins que devem ser alcançados pelos meios apropriados. [...] Assim, a qualidade de uma ação é medida pela retidão da intenção em concomitância com a conveniência dos meios. Dessa forma, a conduta do servidor deve perseguir o bem comum, e não seus próprios interesses.

Nos estudos de Santos, Amorim e Hoyos<sup>90</sup>, é percebido que há risco potencial de atalhos antiéticos para atingir objetivos pessoais. Segundo a pesquisa dos autores, para mitigar os riscos dessa situação, a organização pode rever as metas estipuladas e a forma de cobrança e acompanhamento delas, pois a entidade deve analisar o custo benefício de suas ações a fim de garantir a sua sobrevivência, “considerando o contexto social no qual está inserida e, isso, certamente passa pela ética que permeia sua cultura, que por sua vez, reflete o comportamento de seus indivíduos”.

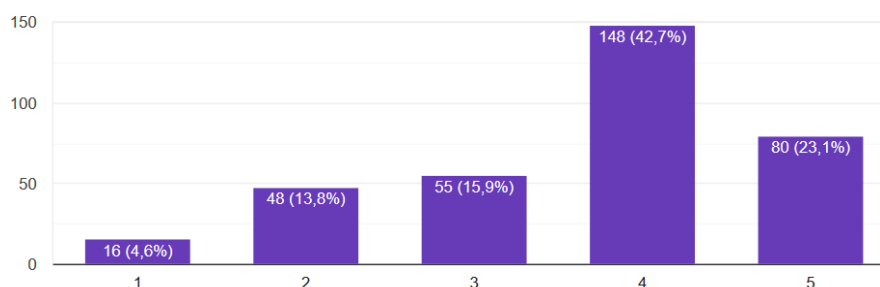
#### 4.4 Ética dos colegas de trabalho

Este bloco possui 4 afirmativas e objetivou identificar como o servidor avalia a ética de seus colegas de convívio no trabalho. Essa análise é demonstrada nos Gráficos 16, 17, 18 e 19.

Almeida<sup>91</sup> afirma que, tanto o relacionamento quanto a postura ética são fatores essenciais e que devem ser disponibilizados no serviço prestado pelo órgão ou entidade pública, além de ser coeficiente básico no contato servidor e o cidadão. Os relacionamentos interpessoais são fatores importantes para o funcionamento bom da organização e a ética da entidade pode sofrer influência importante dos relacionamentos entre as pessoas.

#### 16. A conduta dos meus colegas de trabalho (todos de modo geral) e comprometimento com suas funções diárias poderiam ser melhores.

347 respostas



Fonte: um estudo  
de 2013. 128p.  
Instituto de Lavras,

Princípios éticos e  
responsabilidade. Vol. 1,  
acesso em 24

de da  
estatística. 44f.

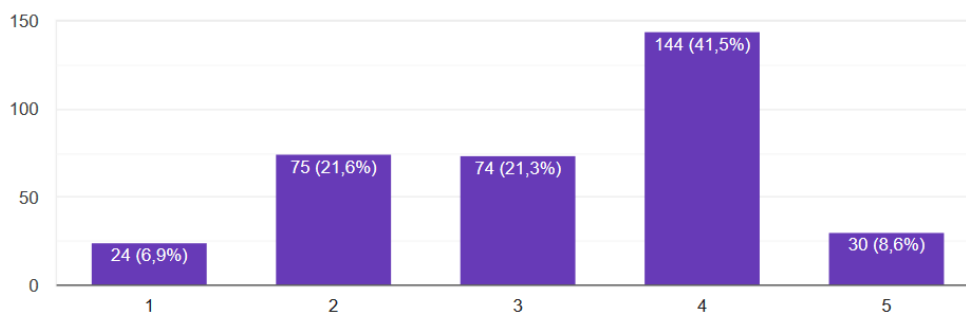
### Gráfico 16: Conduta dos colegas de trabalho – poderiam ser melhores

Fonte: dados da pesquisa

Vê-se que a maioria dos servidores, 65,8% dos pesquisados, considera que a conduta dos colegas de trabalho, de modo geral, e o seu comprometimento poderiam melhorar. Enquanto 18,4% dos respondentes discordam dessa afirmativa.

### 17. A conduta dos meus colegas de trabalho (todos de modo geral) depende da vontade, do momento e da necessidade e interesse em cada situação.

347 respostas



### Gráfico 17: Conduta dos colegas de trabalho – depende da vontade, momento, interesse e da necessidade

Fonte: dados da pesquisa

De maneira similar à resposta dada à afirmativa 9 (Gráfico 9), identificou-se que 50,11% dos servidores respondentes concordam com a afirmativa “A conduta dos meus colegas de trabalho (todos de modo geral) depende da vontade, do momento e da necessidade e interesse em cada situação”, ou seja, a conduta individual dependerá de cada situação, ao passo que 49,9% ou são indiferentes ou discordam, conforme Gráfico 17.

### 18. Meus colegas de trabalho (todos de modo geral) exercem suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

347 respostas

### Gráfico 18: Os colegas de trabalho exercem suas atividades conforme cobranças do superior

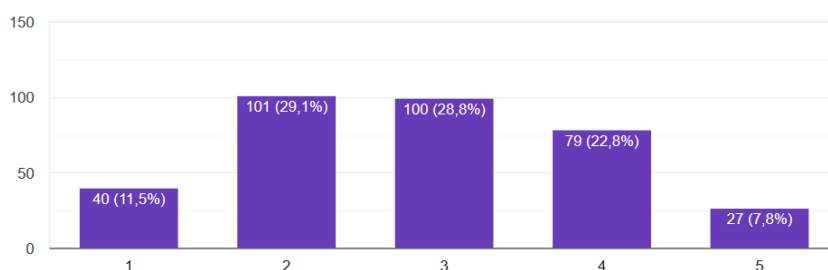
Fonte: dados da pesquisa

Na afirmativa do Gráfico 18, nota-se que 53,3% dos servidores participantes da pesquisa concordam que os colegas de trabalho exercem suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

Ao analisarem a percepção a respeito do interesse dos colegas de trabalho em aprender sobre ética no serviço público, os respondentes, em sua maioria, discordam com a afirmativa: 69,4% ou são indiferentes ou discordam, isto é, consideram que há pouco ou não há interesse, por parte dos colegas de trabalho, em aprender sobre ética no serviço público, conforme se verifica no Gráfico 19.

### 19. Percebo que meus colegas de trabalho (todos de modo geral) têm interesse em aprender sobre a ética no serviço público.

347 respostas



### Gráfico 19: Os colegas de trabalho têm interesse em aprender sobre ética

Fonte: dados da pesquisa



Percebe-se neste bloco que as respostas dos servidores pesquisados corroboram o que foi demonstrado por Cabral<sup>92</sup> em sua investigação de mestrado, na qual os indivíduos, independentemente de possuírem ou não elevados níveis éticos, tendem a considerar seus colegas de convívio menos éticos que eles, se considerando sempre mais éticos que os demais; e, indivíduos com baixos níveis éticos consideram que os outros, também, tendem a adotar posturas ou condutas antiéticas.

#### 4.5 Ética no trabalho

Ferrell e Skinner<sup>93</sup> sugerem que a implementação e a existência de códigos de ética no âmbito organizacional, promovem a ocorrência de níveis mais elevados de comportamentos éticos, e é, possivelmente, o melhor recurso para implementar uma conduta ética na organização.

Este grupo conta com um número de 6 afirmativas, e avaliou-se a atuação do servidor no exercício das suas atribuições na instituição.

No Gráfico 20 nota-se que a quase totalidade dos respondentes (98,9%) concordam que os atos do servidor público devem ser direcionados para a consecução da dignidade, do zelo e da eficiência dos serviços prestados.

**20.** Os atos, comportamentos e atitudes do servidor público devem ser direcionados para a consecução da dignidade, do zelo e da eficiência dos serviços prestados.

347 respostas

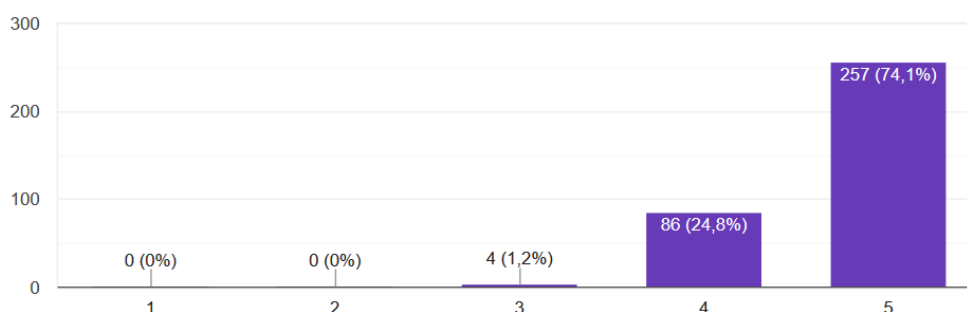


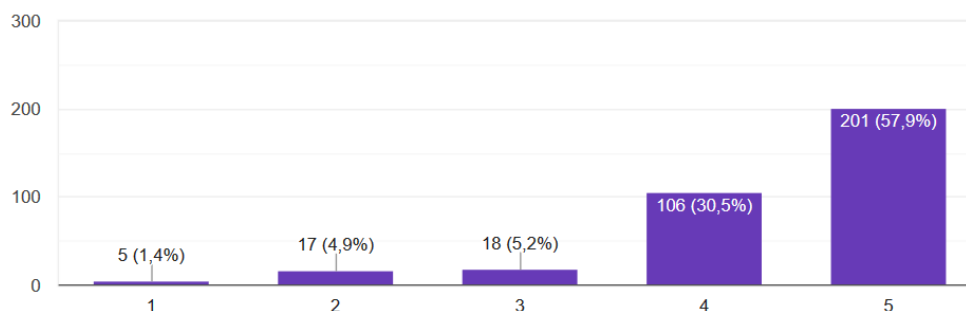
Gráfico 20: Dignidade, zelo e eficiência dos serviços prestados  
Fonte: dados da pesquisa

<sup>92</sup> CABRAL, 2011.

<sup>93</sup>Ferrell, O. C., & Skinner, J. S. (1988), citado por Cabral (2011).

**21.** Na execução de suas atividades cada pessoa deve observar as regras da instituição, dando atenção especial aos usuários do serviço e zelando pelos equipamentos e materiais no dia a dia de trabalho, não se importando com o valor que recebe.

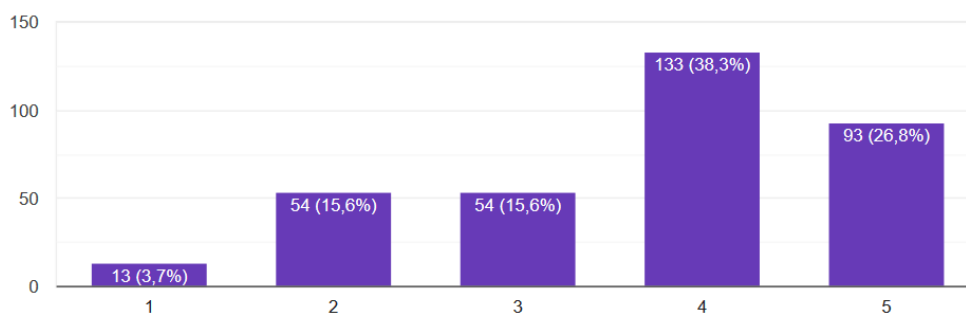
347 respostas



Corroborando com a resposta anterior (Gráfico 20), 88,4% dos servidores pesquisados concordam que devem ser observadas as regras da organização, zelando pelos equipamentos e materiais do trabalho, além de uma atenção especial aos usuários do serviço.

**22.** As decisões do servidor, na sua área de atuação, devem estar em conformidade com os princípios da organização, mesmo que isso vá contra valores pessoais de cada um.

347 respostas



**Gráfico 22:** Decisões em conformidade com os princípios da instituição  
Fonte: dados da pesquisa

No tocante às decisões do servidor estar em conformidade com os princípios organizacionais, 65,1% dos pesquisados concordam com esta afirmação. No entanto, há 19,3% de discordantes.

Quando da análise da afirmativa “A atuação profissional da pessoa depende do salário e motivações financeiras que recebe”, vê-se que 58,7% discorda da afirmativa, 13,5% é indiferente, enquanto 27,7% concorda, como evidencia o Gráfico 23.

23. A atuação profissional da pessoa depende do salário e motivações financeiras que recebe.

347 respostas

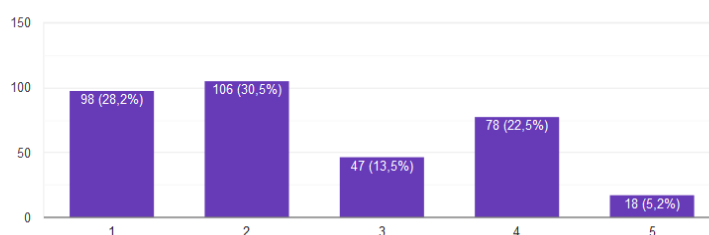


Gráfico 23: Atuação profissional depende de incentivo

Fonte: dados da pesquisa

Chaves<sup>94</sup> argumenta que a cultura da corrupção é muito enraizada no Brasil, pois o chamado “jeitinho brasileiro” faz com que diversas práticas e atitudes sejam aceitas e/ou toleradas pelas pessoas.

[...] o jeitinho brasileiro é utilizado como forma de burlar o excesso de burocracia, sendo acessível à maior parte da população, independentemente de ser importante, ter dinheiro, ser famoso ou conhecer pessoas importantes. Por meio dele é possível furar a fila e burlar a burocracia.<sup>95</sup>

Cabral<sup>96</sup> relata que diversos artigos de investigação empírica na tomada de decisão ética se reportam ao fato do clima ético organizacional influenciar o comportamento ético das pessoas, que por norma se tomam mais éticos do que os outros.

Afirma, ainda, que “os valores e os traços de personalidade de cada um estão positivamente relacionados com a sua ética profissional, onde as mulheres se apresentam como detentoras de padrões éticos mais elevados do que os homens, e os profissionais mais novos se consideram mais éticos que os mais velhos.

<sup>94</sup> CHAVES, 2012.

<sup>95</sup> CHAVES, 2012, p. 95.

<sup>96</sup> CABRAL, 2011.

Não foram observadas nem analisadas questões referentes ao nível de religiosidade dos entrevistados, porém, numa pesquisa realizada pelo Datafolha, instituto de pesquisas, em janeiro desse ano, apontou que 50% dos brasileiros são católicos, seguido de 31% dos que são evangélicos. A pesquisa ainda revelou que 51% são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. Em relação às demais religiões, o instituto Datafolha aponta que 3% dos brasileiros são da religião espírita, 2% são de religiões de matrizes africanas.

Analisando, de forma geral, algumas respostas dos questionados como, por exemplo: “É importante que a Universidade Federal do Ceará possua um código de ética para os servidores”; “Influência do código de ética na atuação dos servidores”; “A atuação profissional da pessoa depende do salário e motivações financeiras que recebe” e “A menos que eu seja recompensado de alguma maneira, eu não vejo razões para dedicar esforços extras em favor do serviço público”, nota-se que a religião pode implicar positivamente e significativamente nas respostas em relação ao posicionamento correto diante da atuação de forma ética no serviço público.

É importante que a Universidade Federal do Ceará possua um código de ética para os servidores.	97,1%
Influência do código de ética na atuação dos servidores.	74,1%
A atuação profissional da pessoa depende do salário e motivações financeiras que recebe.	58,7%
A menos que eu seja recompensado de alguma maneira, eu não vejo razões para dedicar esforços extras em favor do serviço público.	78,1%

Percebe-se que a grande maioria concorda haver um código de ética dentro da UFC. Contudo, à medida que os questionamentos vão sendo afunilados, a porcentagem diminui gradativamente. Tomando como base a pesquisa Datafolha, pode-se chegar à conclusão de que ao adentrar no serviço público, os profissionais comprometem-se com o código de ética, deixando de lado qualquer conduta indevida, que não venha a ser benéfica à sociedade.

Segundo May:

[...] as questões éticas referem-se às decisões, grandes e pequenas, que tomamos como indivíduos e como sociedades, que afetam a qualidade de vida do nosso convívio. Afetam a escolha de opções, o estabelecimento de políticas, proibições e permissões, da integridade e dignidade dos nossos semelhantes e da natureza. As questões éticas preocupam-se com os valores fundamentais que orientam nosso caráter e formam nosso ser como pessoas e comunidades. Logo, poucas coisas há que não constituam, em alguma medida, uma questão ética [...] a ética é o que confere seriedade e, por conseguinte, profundidade à vida<sup>97</sup>.

Diante disso, é possível observar que o discurso ético pode estar envolvido intrinsecamente à religião que cada um possui, pois entendem que não se faz ao outro o que não queres que façam a ti ou positivamente faz ao outro o que gostarias que fizessem a ti<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> MAY, 2008.

<sup>98</sup> Disponível em: < <http://www.triplov.com/boff/etica.html> > Acesso em: 15 mar 2020.

## 5 CONCLUSÃO

Para o alcance dos objetivos dos gestores públicos, observando os preceitos que regem a administração pública, a ética e a transparência são fatores indispensáveis neste processo. Vê-se com isso, nos dias atuais, uma preocupação com a dimensão ética da vida social em todos os campos, especialmente na interação entre economia e política e no exercício das funções públicas.

Além de a eficiência administrativa estar relacionada ao melhor uso dos recursos disponíveis, através de uma gestão estratégica, a adoção de uma gestão ética, pautada na transparência dos recursos públicos, também é um fator decisivo neste processo. Assim, este trabalho trouxe uma abordagem a respeito da percepção dos aspectos éticos no serviço público, tendo como objeto de estudo os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará.

Os objetivos levantados na pesquisa foram alcançados, pois:

- traçou-se o perfil dos servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará;
- evidenciou-se a percepção dos servidores da UFC a respeito dos elementos da ética pessoal;
- viu-se a percepção dos servidores da UFC relativamente aos aspectos da ética no trabalho.

Com base nos resultados da pesquisa, relatados na seção 5, os pressupostos 1 e 3 levantados para a pesquisa foram confirmados, quais sejam:

- 1) os servidores públicos da UFC aderem às normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas; e
- 3) no tocante à ética no trabalho, os servidores públicos da UFC apresentam condutas adequadas ao exercício das atividades inerentes ao serviço público.

No entanto, o pressuposto 2 no qual foi previsto que *“os servidores públicos da UFC têm interesse em aprender sobre ética no serviço público”*, não foi confirmado, uma vez que, conforme o Gráfico 21, os respondentes ao analisarem a percepção a respeito do interesse dos colegas de trabalho em aprender sobre ética

no serviço público, os respondentes, em sua maioria, discordam com a afirmativa: 69,4% ou são indiferentes ou discordam, isto é, consideram que há pouco ou não há interesse, por parte dos colegas de trabalho em aprender sobre ética no serviço público.

Através da realização deste trabalho, deduz-se que esta investigação contribuiu para fomentar a discussão da ética no âmbito da UFC, e espera-se que, com isso, estimule propostas de elaboração de políticas na prática de gestão da ética.

Outras pesquisas semelhantes poderão ser realizadas com o mesmo objetivo em universidades públicas federais, com uma estratificação entre os diversos níveis de gestores e demais servidores; além de uma pesquisa com o corpo docente, coordenadores de curso e chefes de departamento, para verificar se em condições análogas são detectados resultados semelhantes e que ratifiquem as conclusões aqui obtidas ou, então, as refutem. Dessa forma, dá para se ter uma noção geral da configuração religiosa da maioria das pessoas.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA Sagrada. ed. rev. e atual. 2. ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ALMEIDA, Monalisa Maria Menezes de. **Ética na administração pública: uma análise da percepção dos servidores efetivos da prefeitura de Cruzeiro do Sul – Acre**. 2015. Monografia (Administração pública). 44f. Universidade Aberta do Brasil – UAB. Cruzeiro do Sul, Acre, 2015.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DA UFC 2019 base 2018. Disponível em: <[http://www.ufc.br/images/\\_files/a\\_universidade/anuario\\_estatistico/anuario\\_estatistico\\_ufc\\_2019\\_base\\_2018.pdf](http://www.ufc.br/images/_files/a_universidade/anuario_estatistico/anuario_estatistico_ufc_2019_base_2018.pdf)> acesso em 01 out 2019.

BAUMAN, Zygmunt. **Ética pós-moderna**. São Paulo: Paulus, 1997.

BETT, GeneciBehling. **Análise da gestão na Fundação Amazonprev à luz da ética**. 79p. Dissertação (mestrado em Teologia) – Escola Superior de Teologia, São Leopoldo, 2013.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar. Ética do humano, compaixão pela Terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ética e moral: a busca dos fundamentos**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994**. Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990**. Dispõe sobre normas de conduta dos servidores públicos civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8027.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8027.htm)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CABRAL, Ângelo Miguel Rodrigues. **Inteligência emocional e ética no sucesso organizacional**. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado em Gestão) - Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011.

CARVALHO, José Maurício de. **Ética**. São João Del Rei: Universidade Federal de São João Del Rei, 2010.

CATELLI, Armando (Coordenador). **Controladoria: uma abordagem da gestão econômica**. São Paulo: Atlas, 2001.



CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica**. 4. ed. São Paulo: MAKRON Books, 1996.

CHAVES, Claudionice Siqueira. **Percepção de aspectos éticos no serviço público**: um estudo descritivo sob a ótica dos servidores públicos do município de Lavras – MG. 2013. 128p. Dissertação (mestrado profissional em administração pública) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2012.

CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Rev. Adm. Pública**. 2012, vol.46, n.1, pp.153-176.

DIAS, Maria Olívia. Ética, organização e valores ético-morais em contexto organizacional. **Gestão e Desenvolvimento**, 22 (2014), 89-113. Disponível em: <[http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22\\_89.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/GestaoDesenv/GD22/gestaodesenvolvimento22_89.pdf)>. Acesso em: 06 jan. 2019.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização** [1930]. In: FREUD, Sigmund. Obras psicológicas completas de... Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1988. v. XXI.

\_\_\_\_\_. **Obras completas**, volume 16: o eu e o id, “autobiografia” e outros textos (1923-1925) / Trad. Paulo César de Souza, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GOMES, Nanci Fonseca. Ética na administração pública: desafios e possibilidades. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, 48(4):1029-1050, jul./ago. 2014.

GONÇALVES, Maria Balbina Lopes. **A ética e a transparência na administração pública cabo-verdiana**: representações e questionamentos. 2010. 84f. Dissertação (mestrado em administração pública) - Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo Verde, Praia, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. São Paulo: Escala, 2006.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A ética no serviço público. **Rev. Dir. Adm.** Rio de Janeiro, 220: 183-194, abr./jun. 2000.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MATOS, Alderi Souza de. **As bases bíblicas da ética cristã**. Disponível em: <<http://www.eismaequi.com.br/estudos-biblicos/as-bases-biblicas-da-etica-crista-2/>>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MAY, Roy H. **Discernimento moral**: uma introdução à ética cristã. Tradução: Walter O. Schulpp. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2008.

MENDES, AnnitaValléria Calmon. **A Administração Pública e o Sistema de Gestão da Ética: uma análise da política de promoção da ética no Poder Executivo Federal**. 2014. 285f. Tese (doutorado em administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Brasília – PPGA, Brasília, 2014.

MENDES, AnnitaValléria Calmon; LÚCIO, Magdade Lima. Códigos de ética: O discurso da ética no serviço público. **XXXVII Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, p. 7-11, set. 2013.

MERCÊS, Rutiane Peixoto das. **Concepção do modelo de gestão escolar à luz de princípios éticos baseados em valores cristãos**. 75p. Dissertação (mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

MOORE, George Edward. **Princípios éticos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

MURAD, Afonso. **Gestão e espiritualidade**. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 2012

OLIVEIRA, Fabiano Cavalcanti de. **Ética do serviço público**. 76p. Dissertação (mestrado em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2018.

PASSOS, Elizete. **Ética no Serviço Público**. Fundação Luis Eduardo de Magalhães. A ética nas organizações: gestão pública: desafios e perspectivas. Salvador: FLEM, 2001.

PEREIRA, Romilson Rodrigues. **Ética nas instituições públicas**. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/etica-nas-instituicoes-publicas.htm>>. Acesso em 08 jan. 2019.

PONTES, Bruno César da Luz. **Ética e compromisso do servidor público federal**. Disponível em: <<http://www.agu.gov.br/page/download/index/id/525850>> Acesso em 08 jan. 2019.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROMÃO, Cícero; PORTUGAL, Agnaldo Cuoco. **Ética e Serviço Público**. Enap - Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, 2014.

SANTOS, Renato; AMORIM, Cristina; HOYOS, Arnaldo de. Corrupção e fraude: princípios éticos e pressão situacional nas organizações. **RISUS. Journal on Innovation and Sustainability**. Vol. 1, nº 1. 2010. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/risus/article/view/4513/3085>> Acesso em 24 abr 2019.

SEREJO, Bianca Moreira Serra. **Ética na administração pública: nepotismo é uma conduta ética?** (2010). Disponível em: <[https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id\\_dh=4998](https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=4998)> Acesso em 24 abr 2019.

SILVA, Nathalia Duarte da. **Ética e desempenho dos Gestores Públicos**. **Repositório Institucional da Unisul (RIUNI)**, Santa Catarina, 2017. Disponível em:

<[https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2812/%c3%89TICA\\_E\\_DESEMPENHO\\_DOS\\_GESTORES\\_P%c3%9aBLICOS\\_Nathalia\\_Duarte.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www.riuni.unisul.br/bitstream/handle/12345/2812/%c3%89TICA_E_DESEMPENHO_DOS_GESTORES_P%c3%9aBLICOS_Nathalia_Duarte.pdf?sequence=1&isAllowed=y)> Acesso em 25 abr 2019.

SURVEYMONKEY. **Cálculo do tamanho da amostra**. Disponível em: <<https://pt.surveymonkey.com/mp/sample-size-calculator/>>, acesso em 01 out 2019.

THUMS, Jorge. **Ética na educação**. Canoas: Ulbra, 2003.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1997.

WEBER, Otávio José. **Estudo dos valores declarados na relação docente**: professores da Universidade Luterana do Brasil, 2001. 305 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Pontifícia de Salamanca, 2001.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso**. 3. ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZIMERMAN, David E. **Fundamentos psicanalíticos**: teoria, prática e clínica – uma abordagem didática. Porto Alegre: Artmed, 1999.

## APÊNDICE I

### QUESTIONÁRIO – PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

#### Perfil dos servidores

##### 1. Sexo

- Masculino
- Feminino

##### 2. Idade

- 20 anos
- 21 a 30 anos
- 31 a 40 anos
- 41 a 50 anos
- 51 a 60 anos
- Mais de 60

##### 3. Formação

- Fundamental 1 (1º ao 5º ano)
- Fundamental 2 (6º ao 9º ano)
- Ensino Médio
- Superior
- Pós-graduação – Especialização
- Pós-graduação – Mestrado
- Pós-graduação – Doutorado

##### 4. Tempo de trabalho no serviço público

- até 3 anos
- 3 a 5 anos
- 5 a 10 anos
- 10 a 15 anos
- 15 a 20 anos
- mais de 20 anos

##### 5. Nível do cargo

- Nível A
- Nível B
- Nível C
- Nível D
- Nível E

#### Compreensão da ética no serviço público

6. É importante que a Universidade Federal do Ceará possua um código de ética para os servidores.

- 1 – discordo totalmente;
- 2 – discordo;
- 3 – indiferente;
- 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

7. O código de ética influencia a atuação dos servidores.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

8. Se o servidor tiver participação na elaboração do código de ética, provavelmente ele terá mais facilidade para compreender e observar as determinações do código.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

### **Ética pessoal**

9. Cada pessoa pode, conforme o meio social em que vive e processos educativos, vir a desenvolver virtudes ou vícios.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

10. A conduta de cada pessoa depende da vontade, do momento e de sua necessidade em cada situação.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

11. Cada pessoa deve assumir a responsabilidade de desenvolver-se continuamente, de forma a contribuir para o seu crescimento pessoal e profissional, bem como para o desempenho da organização, independentemente de incentivos da empresa que trabalha.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

12. O servidor deve defender o interesse do serviço público mesmo que em determinados momentos isso vá contra seus interesses próprios.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

13. A menos que eu seja recompensado de alguma maneira, eu não vejo razões para dedicar esforços extras em favor do serviço público.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;
- ( ) 5 – concordo totalmente.

14. Cada servidor exerce suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;
- ( ) 5 – concordo totalmente.

15. Quando colegas de trabalho ou superiores hierárquicos atuam contra o serviço público é melhor ignorar tais atitudes para evitar conflitos no grupo.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;
- ( ) 5 – concordo totalmente.

### **Ética dos colegas de trabalho**

16. A conduta dos meus colegas de trabalho (todos de modo geral) e comprometimento com suas funções diárias poderiam ser melhores.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;
- ( ) 5 – concordo totalmente.

17. A conduta dos meus colegas de trabalho (todos de modo geral) depende da vontade, do momento e da necessidade e interesse em cada situação.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;
- ( ) 5 – concordo totalmente.

18. Meus colegas de trabalho (todos de modo geral) exercem suas atividades conforme as cobranças realizadas pelo seu superior hierárquico.

- ( ) 1 – discordo totalmente;
- ( ) 2 – discordo;
- ( ) 3 – indiferente;
- ( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

19. Percebo que meus colegas de trabalho (todos de modo geral) têm interesse em aprender sobre a ética no serviço público.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

### **Ética no trabalho**

20. Os atos, comportamentos e atitudes do servidor público devem ser direcionados para a consecução da dignidade, do zelo e da eficiência dos serviços prestados.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

21. Na execução de suas atividades cada pessoa deve observar as regras da instituição, dando atenção especial aos usuários do serviço e zelando pelos equipamentos e materiais no dia a dia de trabalho, não se importando com o valor que recebe.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

22. As decisões do servidor, na sua área de atuação, devem estar em conformidade com os princípios da organização, mesmo que isso vá contra valores pessoais de cada um.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.

23. A atuação profissional da pessoa depende do salário e motivações financeiras que recebe.

( ) 1 – discordo totalmente;

( ) 2 – discordo;

( ) 3 – indiferente;

( ) 4 – concordo;

( ) 5 – concordo totalmente.